

PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXI

FLORIANÓPOLIS, 15 DE MAIO DE 2012

NÚMERO 6.412

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4ª SECRETÁRIA

LIDERANÇA DO GOVERNO
Edison Andrino

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Adilor Guglielmi - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Sílvio Dreveck
Edison Andrino

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Aldo Schneider
Manoel Mota

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Manoel Mota - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Elizeu Mattos - Presidente
Sílvio Dreveck - Vice-Presidente
Altair Guidi
Jorge Teixeira
Angela Albino
Manoel Mota
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA**

José Nei Alberton Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dado Cherem
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Angela Albino

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Gilmar Knaesel - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Marcos Vieira
Maurício Eskudlark
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Dieter Janssen
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Luciane Carminatti - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Dado Cherem
Angela Albino
Sílvio Dreveck
Romildo Titon

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dieter Janssen
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Angela Albino - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Serafim Venzon
Valmir Comin
Dieter Janssen
Sargento Amauri Soares
Mauro de Nadal

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Manoel Mota
Dirceu Dresch
Angela Albino
Maurício Eskudlark
Dado Cherem

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXI NESTA EDIÇÃO: 20 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 045ª Sessão Ordinária realizada em 09/05/2012.....2 Ata da 046ª Sessão Ordinária realizada em 09/05/2012.....3 Ata da 006ª Sessão Extraordinária realizada em 09/05/2012.....13 Ata da 007ª Sessão Extraordinária realizada em 09/05/2012.....13</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissões Permanentes.....14 Extratos.....15 Mensagem Governamental.....17 Portarias.....19</p>
---	---	--

P L E N Á R I O

ATA DA 045ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2012

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Angela Albino - Antônio Aguiar - Ciro Roza - Dado Cherem - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Plínio de Castro - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Iremos suspender a sessão enquanto as comissões concluem o seu trabalho e após retornamos.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa)(Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Não havendo matéria na pauta da Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, gostaria apenas de dar uma pequena explicação: estou vindo do auditório da Epagri onde está havendo a assinatura de convênios na área da saúde com várias prefeituras, num valor de mais de R\$ 53 milhões. Além disso, muitos deputados estão lá acompanhando os secretários de

Desenvolvimento Regional e outros estão trabalhando nas comissões técnicas da Casa. Por isso, a maioria dos deputados não está aqui.

Obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Kennedy Nunes, eu iria apresentar essa justificativa neste momento, mas como v.exa. o fez, considero explicado., iria fazer essa justificativa, pois além

Não há oradores inscritos em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para hoje, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 046ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2012

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Daniel Tozzo - Darci de Castro - Dieter Janssen - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopena - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Plínio de Castro - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Aborda o problema das drogas.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Faz denúncia a respeito de repasses de recursos.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Manifesta-se a respeito da recuperação da SC-423.

DEPUTADO JAILSON LIMA (pela ordem) - Registra a visita dos alunos do Centro Educacional Ricardo Marchi, de Rio do Sul.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Reporta-se à questão das drogas e à segurança pública.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (pela ordem) - Registra a presença de Marco Antônio dos Santos, diretor da Farsul, de Benício Albano Werner, presidente da Afubra, e de Marcílio Laurindo Drescher, tesoureiro da Afubra.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Registra a presença de autoridades de Rio do Campo.

Partidos Políticos

DEPUTADO JAILSON LIMA - Ressalta o nível de investimentos com o ProUni.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Discute a Lei de Acesso à Informação Pública.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Destaca o pioneirismo do Centro Universitário Barriga-Verde, Unibave, em Cocal do Sul.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Reporta-se à Resolução n. 72.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Analisa o quadro das próximas eleições.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Critica o excesso de estrutura dos poderes.

Ordem do Dia

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (pela ordem) - Reporta-se ao PL n. 0032/2012.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Reporta-se ao PL n. 0032/2012.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (pela ordem) - Reporta-se ao PL n. 0032/2012.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Reporta-se ao PL n. 0032/2012.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Discute o PL n. 0032/2012.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria de iniciar a minha breve intervenção nesta tarde parabenizando o deputado Dado Cherem e o governador Raimundo Colombo pelos R\$ 50 milhões liberados hoje para a área de saúde, em especial para os hospitais filantrópicos. Acredito que foram poucas as ocasiões em que um governo liberou de uma só vez tantos recursos para os hospitais filantrópicos de Santa Catarina. O montante de R\$ 50 milhões é um valor a ser aplaudido e reconhecido por esta Casa.

Destaco aqui os R\$ 6 milhões liberados hoje para a cidade de Blumenau, sendo R\$ 1 milhão para o Hospital Universitário da Furb, R\$ 1 milhão para o Hospital Santa Isabel e R\$ 2,5 milhões para a Fundação Hospitalar Santa Antônio. Enfim, a rede de Blumenau agradece. Gaspar e o vale do Itajaí também foram contemplados, assim como todo o estado de Santa Catarina.

É compromisso também do governador a área de segurança. Sua Excelência deverá, na próxima semana, anunciar algumas ações pontuais no que diz respeito ao efetivo. Inclusive, estará na próxima segunda-feira em Blumenau fazendo o anúncio nessa questão tão problemática para todos nós, catarinenses, que é o aumento do efetivo na área da segurança.

Dou as boas-vindas ao deputado Plínio de Castro, legítimo representante do oeste catarinense; também ao deputado Daniel Tozzo, de Chapecó. Sejam bem-vindos!

Por falar em segurança, gostaríamos de destacar, sr. presidente e srs. deputados, a nossa preocupação constante e permanente, como presidente da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas, com o binômio droga e violência, que se vem acentuando no estado de Santa Catarina.

Eu li com muita atenção um artigo no *Diário Catarinense*, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Tecnologia contra a droga

O tráfico e o consumo de drogas turbinam a violência e a criminalidade que se espriam pelas cidades e contaminam o tecido social com assustadora violência. Os tentáculos do narcotráfico expandem-se com desenvoltura tanto nas áreas periféricas e mais carentes dos cenários urbanos quanto nas mais privilegiadas. Santa Catarina, por sua posição geográfica estratégica, insere-se no mapa do narcotráfico internacional."

E aí entra uma nova questão para o debate das drogas em Santa Catarina, deputado Maurício Eskudlark, v.exa. que é egresso da Polícia Civil e entende disso muito bem, que é a questão da droga sintética, em especial a sua vinda do exterior. Até parabenizo o governador Raimundo Colombo, que adquiriu para a secretaria da Segurança Pública um aparelho chamado Cromatógrafo Gasoso com Detector de Massas (CGMS), um investimento de R\$ 820 mil para o Instituto Geral de

Perícias, que vai ajudar a identificar a presença no estado de Santa Catarina de drogas sintéticas.

Acredito que além do efetivo, é com atitudes como essa que vamos dar um eficaz combate às drogas no estado de Santa Catarina. E registro que somos o primeiro estado do país a identificar a droga sintética estrangeira chamada 2CB, cuja aparência e efeito são semelhantes ao do alucinógeno *ecstasy*, de largo uso entre os jovens catarinenses.

A Frente Parlamentar continua com suas audiências públicas e estamos anunciando, deputado Kennedy Nunes, para a próxima sexta-feira, dia 11, às 15h, a nossa próxima audiência sob a organização da deputada Luciane Carminatti, na cidade de Ponte Serrada.

Deputado Maurício Eskudlark, espero sua presença lá, já que é da região, bem como a do deputado Neodi Saretta, para fazermos uma leitura do cenário das drogas na região que abrange vários municípios do entorno.

Será um debate promovido pela Câmara de Vereadores de Ponte Serrada, que terá início às 15h do dia 11, próxima sexta-feira. Na semana seguinte estaremos também, deputado Kennedy Nunes, na sua região, em São João de Itaperiú, com uma audiência pública na Câmara de Vereadores do referido município, a convite da Comissão de Prevenção às Drogas.

Eu gostaria, sr. presidente e srs. deputados, de encerrar a minha breve intervenção nesta tarde fazendo uma necessária e justa homenagem a todas as mães, cujo dia é comemorado no próximo domingo. Não tenho infelizmente mais a minha mamãe, que partiu há dois anos, mas quero prestar homenagem à minha esposa, à minha sogra Susana, de Lages, e a todas as mães que nos acompanham, em especial, deputado Dieter Janssen, às mães dos dependentes químicos, mulheres que sofrem, que choram. Talvez não exista maior dor do que a de uma mãe que vê seu filho dependente de drogas.

Nós, que atendemos diariamente em nossos gabinetes às mães desesperadas à procura de uma solução, queremos deixar-lhes uma mensagem de força, coragem e determinação. Desejamos que Deus possa de fato consolar o coração aflito dessas mães de dependentes químicos.

Faço minha a homenagem à mãe catarinense, ressaltando uma frase que escrevi em um dos meus livros: "A família indica o caminho, mas é o amor da mãe que o ilumina".

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente e srs. deputados, quero retomar o tema que ontem foi tratado aqui em torno da Resolução n. 72: corte do Orçamento de Santa Catarina, desenvolvimento político disso e as consequências, a partir dessa nova realidade fiscal, que já este ano vai atingir o nosso estado.

Temos discutido sob vários aspectos a questão das secretarias de Desenvolvimento Regional, que foi o tema que tratei ontem nesta Casa. Para os deputados que não estavam presentes, algumas secretarias contrataram academias, como a SDR de Aranguá, que contratou duas academias de ginástica ao ar livre por R\$ 30 mil. A SDR de Canoinhas, que não sei quem é e fico com muita vontade de falar, contratou a mesma academia, uma só, por R\$ 80 mil. E cada uma tem um desenho diferente.

Temos dito que as SDRs podem ter um papel, é claro, desde que sejam redesenhadas, o que inclui viabilizá-las em alguns lugares do estado, mas é inadmissível o número de quase 40 secretarias. Mas insisto em dizer que não é o custo das pessoas que estão lá que onera o estado de Santa Catarina e sim o custo da própria gestão pública. Por exemplo, não se faz mais licitação em muitas coisas como antes, pois com a compra concentrada poderia haver maior rigor na aplicação do dinheiro público.

É claro que não são somente as SDRs que merecem a nossa atenção. Quero partilhar com vocês as últimas movimentações do Fundo Social, pois também é assombrosa a sua participação no Orçamento de Santa Catarina. Vejam v.exas. que num momento de contenção de despesas, quando é dito na imprensa que o estado de Santa Catarina precisa cortar despesas, foram repassados, apenas este ano, R\$ 14.712.413,32. Esse levantamento foi feito a partir de publicação no Diário Oficial da União.

V.Exas. viram recentemente o movimento dos acampados em prol da cultura, dizendo que há projetos com todas as tramitações realizadas, com tudo pronto, aprovados, mas os recursos não são liberados. Outros projetos não passam nem pelo conselho, o que é uma obrigação legal, não é uma deferência da governança, é uma obrigação legal. Portanto, são repasses feitos ao arripio da lei.

Mas gostaria, para não dizer que é a cultura que está onerando o nosso estado, de mencionar alguns dados para v.exas. Até gostaria de fazer uma fotocópia desse material para que ele fosse incluído em ata, dada a relevância do tema.

No mês de janeiro se gastou R\$ 2,275 milhões com repasses para escolas de samba, ao Instituto de Organização do Lazer, que ninguém consegue identificar direito o que é.

Em fevereiro aparecem outras preciosidades como, por exemplo: prefeituras com R\$ 400 mil. Aí imaginamos que possa ser um bom projeto social, mas quanto mais entramos no detalhamento vemos que mais difícil é entender o nome e a função social da entidade e maior o valor que é liberado. E chamou-me atenção especial que no dia 29 de fevereiro a Associação Recreativa Ambiental e Social Ação Contínua obteve a liberação de R\$ 150 mil.

Srs. deputados, fomos vendo que em outros lugares essa associação também recebeu dinheiro, com algumas curiosidades. Essa associação fez um campeonato de skate de dois, cujo presidente também assina como tesoureiro e curiosamente a presidente do conselho fiscal é a sua irmã, que mora em Alagoas, mas que registra na entidade o mesmo endereço do irmão.

Foi um evento de R\$ 150 mil. E essa mesma entidade fez um evento esportivo no dia 27 de dezembro, *stand up* de um dia, para o qual foram liberados R\$ 200 mil, com uma premiação de R\$ 10 mil e com apenas 13 atletas inscritos.

Algumas entidades chegam a acumular milhões em alguns meses. Isso não tem passado sequer pelo conselho, como determina a legislação. E estou tratando desse assunto porque outras entidades que já têm aprovação no conselho, no comitê, com as três assinaturas necessárias no comitê gestor, enfim, com tudo que precisa ser feito, não têm recursos liberados, mesmo sendo federações esportivas que têm uma longa tradição. Mas entidades são montadas de um dia para outro e curiosamente o seu presidente vira candidato a vereador. Vejam que interessante, vejam como muda a vida das pessoas tão rapidamente.

Precisamos discutir o orçamento das cidades, o orçamento do estado, particularmente o orçamento do estado de Santa Catarina, que agora vive a iminência de um corte. Mas temos que discutir em cima de coisas sérias.

Se tivermos condições de em menos de meio ano liberar R\$ 15 milhões para entidades que não prestam contas disso e que não têm uma mínima avaliação... Não estou dizendo que todas as entidades que estão aqui são entidades que não gozam de prestígio e que não fizeram alguma atividade importante. Mas eu gostaria que os parlamentares desta Casa se debruçassem sobre cada um dos eventos aqui citados.

Estamos também fazendo um pedido de informação indagando ao governo do estado por que tem liberado recursos sem que os conselhos, conforme determina a lei, aprovem-nos. E se o governo libera ao arripio da lei, por que o faz, a quem faz, quando, quanto e para quê. Porque essas são respostas que não apenas nós, parlamentares, precisamos saber, mas, acima de tudo, o povo precisa saber. Se quisermos ter uma nova perspectiva do Orçamento em Santa Catarina, precisamos entender para onde está indo o dinheiro, especialmente quando não ocorre licitação e quando não sabemos nada sobre sua aplicação.

Esta é uma tarefa republicana, do próprio governo do estado, compreender para onde está indo o dinheiro. Se as SDRs funcionam, que sejam mantidas, mas que possamos ter mais zelo com o dinheiro público; se o Fundo Social é importante, e eu tenho convicção de que é, então que tenhamos ferramentas para garantir a impessoalidade que a Constituição já nos garante e que tenhamos ferramentas, por exemplo, como no caso dos editais de fomento.

Por que as solicitações relacionadas ao esporte e à cultura em determinadas situações são aprovadas e em outras não? O Tribunal de Contas do Estado fez uma auditoria, mostrou o caminho que o governo deve trilhar. Questionamos o Tribunal de Contas se nesta gestão o governo tem criado mecanismos para coibir esse absurdo que acontece hoje, e a resposta foi muito clara: nada mudou.

Libera-se dinheiro hoje com muito mais facilidade do que em outro momento. O Fundo Social perdeu a sua característica e passou a ser uma caixa de graciosidades para os amigos do rei, e apenas para alguns que integram a base do governo, alguns amigos do rei, porque ouvimos falar, à boca pequena, que alguns integrantes do governo não conseguem levar um evento da sua cidade adiante.

O governador disse em público que não iria mais ajudar nenhuma festa em nenhum município. Essa foi uma das primeiras medidas de contenção de gastos do governo, mas vemos agora que alguns municípios continuam sendo contemplados. Quem constrói as regras? Quem autoriza que elas sejam vulneradas? Quem permite que a lei não seja aplicada?

Esse é um questionamento que todos precisam fazer.

Santa Catarina precisa saber para onde vai o seu Orçamento, em especial aquilo que não conseguimos materializar com o interessa público.

Muito obrigada!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputada Angela Albino.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, gostaria, em primeiro lugar, de registrar que voltamos a cobrar do secretário de Infraestrutura, Valdir Cobalchini, a recuperação da SC-423, que liga os municípios de Rio do Campo e Taió. Fizemos até uma audiência pública muito grande sobre a recuperação daquela rodovia, com maciça participação da comunidade, o que demonstra a necessidade da obra.

O secretário havia garantido que até o final de março sairia essa licitação. Cobramos dele várias vezes, e ontem foi anunciado que até 20 de maio sairá a licitação. Essa informação é muito importante para a região e esperamos que desta vez o prazo não seja prorrogado e que de fato ocorra a licitação na data anunciada, porque se trata de uma rodovia muito importante não apenas para Taió e Rio do Campo, mas também para Santa Terezinha e toda a região. Vamos continuar na luta para que seja executada a obra de ligação asfáltica de Santa Terezinha até a BR-116.

Então, estamos trabalhando para que sejam concluídas essas reivindicações, principalmente a da Câmara de Vereadores de Rio do Campo, do vereador Rodrigo Preis, que hoje é presidente e que se tem empenhado muito para que seja realizada essa obra.

Sr. presidente, quero registrar, e já noticiamos isso pela imprensa, que entregamos em nome da nossa bancada uma representação no Ministério Público, numa audiência que tivemos com dr. Lio Marcos Marin, procurador-geral de Justiça, para instauração de um inquérito civil público sobre os fatos e as graves denúncias veiculadas na imprensa, mas também feitas pelos delegados da Polícia Civil de Santa Catarina, com relação aos desvios na área da segurança pública de Santa Catarina.

Propusemos aqui o encaminhamento de uma CPI. Até o momento isso não foi possível, mas a bancada do PT não vai parar por aí. Esse processo é muito grave, as denúncias são muito graves e precisam ser apuradas, investigadas.

Temos claro que a cúpula da Segurança Pública de Santa Catarina, seja o secretário César Grubba, seja o próprio secretário adjunto, não têm mais condições de fazer uma profunda apuração e a punição dos responsáveis.

Os motores que estavam em Joinville que foram desviados para um ferro velho, simplesmente voltaram para o depósito do Detran e nada aconteceu. Isso tudo é muito estranho. E o que aconteceu com os carros leiloados que não foram ao seu destino? E a questão dos motores que agora voltaram ao depósito? O que aconteceu? Para onde foram esses motores? Quem pegou? Quem levou? Basta simplesmente devolver?

Fizemos essa representação ao Ministério Público e esperamos que o dr. Lio Marcos Marin e toda a direção do Ministério Público de fato se empenhe e traga-nos... Como não é possível até o momento trabalharmos com uma CPI, esperamos do Ministério Público

a apuração dessa situação e que mostre a verdade à população catarinense e a todos nós, parlamentares.

A grande preocupação que continua é o esvaziamento do Deic, a intervenção política na direção do Deic, tirando a autonomia desse órgão tão importante para Santa Catarina, que deve investigar quem quer que seja, incluindo as lideranças do próprio governo.

Srs. deputados e sras. deputadas, uma das questões que nos preocupam muito é a diminuição das possibilidades do programa Guardião, um dos mecanismos de apuração de fatos ilícitos e de crimes. Temos o exemplo do caso de Carlinhos Cachoeira, cuja escuta telefônica possibilitou identificar todos os nomes e crimes da organização, possibilitando que até um senador - Demóstenes Torres - perca o seu mandato. Então, esse programa precisa ser fortalecido e não destruído. É preciso apurar toda a situação, seja do crime organizado ou qualquer situação de crime no nosso estado.

Gostaria de comunicar também que amanhã não estarei nesta Casa, pois acompanharei um conjunto de atividades na capital federal, juntamente com as organizações de agricultores e entidades que estão no processo de negociação com o governo federal em busca de mais apoio aos que perderam a sua safra, a sua renda, com a estiagem.

Além do tema da estiagem, vamos acompanhar outro tema, que é a polêmica situação do conflito de agricultores e indígenas nos municípios de Saudades e Cunha Porã. Vamos discutir a liberação imediata de recursos para a compra de outra área para o assentamento provisório dos indígenas.

Para terminar, quero dizer que o governo federal tem apoiado decisivamente aqueles que tiveram prejuízos com a estiagem. Além dos R\$ 10 milhões já liberados para o programa emergencial, temos ainda R\$ 10 milhões para serem investidos no programa de construção de cisternas, que o estado, segundo informações, já apresentou no ministério da Integração Nacional. Então, serão R\$ 20 milhões que o governo estará encaminhando - R\$ 10 milhões já liberados e R\$ 10 milhões para liberar.

Além disso, há uma notícia importante sobre o Pronaf. Já temos em torno de R\$ 20 milhões para o pagamento de indenização aos agricultores, como pagamento de prêmio para quem perdeu a sua safra, mas também de quitação da dívida no banco para quem perdeu a sua produção. São mais de dez mil laudos, com três mil laudos já aprovados, para que o agricultor receba esse benefício.

Além disso, outros investimentos importantes estão sendo feitos. Teremos para amanhã ou depois a liberação de 50 mil toneladas de milho pela Conab, ao preço de R\$ 21,00. Já foram liberadas mais de cinco mil toneladas para mil agricultores. São ações que o governo federal está fazendo em Santa Catarina, relacionadas à ajuda aos agricultores pela estiagem.

Continuaremos cobrando a participação do estado e vamos amanhã discutir mais recursos do governo federal. Temos a perspectiva da liberação de mais R\$ 10 milhões para a compra de equipamentos para as prefeituras. Além do que já foi liberado para máquinas e retroescavadeiras para os municípios, temos mais R\$ 10 milhões para apoiar os municípios para a prevenção, para garantir o fornecimento de água. Talvez não para este ano, mas para as próximas estiagens que porventura possam acontecer.

São ações políticas que estão sendo desenvolvidas e vamos continuar insistindo

para que o governo do estado invista mais recursos em programas de prevenção à estiagem, porque achamos que o estado investiu muito pouco. Enquanto o Rio Grande do Sul anistiu totalmente o Troca Troca, com uma política de renda anunciada de R\$ 45 milhões, aqui poucos recursos do estado foram investidos.

Então, faremos um pedido de informação para saber de fato quanto o estado de Santa Catarina investiu no apoio aos agricultores atingidos pela estiagem no oeste catarinense.

Muito obrigado
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, quero registrar a visita nesta Casa dos alunos do Centro Educacional Ricardo Marchi, de Rio do Sul, juntamente com a diretora Erondina, com as professoras Meri Adriana, Raquel Constante, Marita Córdova, Mariane Regina, Rosângela Ribeiro, Eliane da Costa, Simone Chaves, Maria Jucélia e Marilene Rizzi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, quero saudar todos os que nos acompanham, os estudantes e as professoras de Rio do Sul, que vêm conhecer o funcionamento da nossa Assembleia Legislativa.

Srs. deputados, acompanhei atentamente o pronunciamento do deputado Ismael dos Santos, a sua preocupação na questão das drogas. Isso é muito importante, porque as drogas são realmente o mal do século, a maconha, a cocaína, as sintéticas e principalmente o crack.

Recebemos um convite da administração de Içara para, no próximo dia 11 de maio, comparecer ao lançamento da campanha Içara Contra as Drogas - Crack, não experimente. Vemos assim a importância do trabalho realizado pelos municípios também no combate às drogas.

Falava aqui o deputado Ismael dos Santos, já numa homenagem às mães, da preocupação, da importância que as mães têm na orientação dos filhos, pois até em famílias totalmente estruturadas, com uma educação saudável, acaba aparecendo o problema das drogas. Encontrei muito isso na minha atividade profissional, como delegado de polícia, e alguns casos me chamaram a atenção, como o de um casal que vivia em perfeita harmonia. O pai era um empresário exemplar, educado, cuidadoso com os filhos, a mãe da mesma maneira, participava da associação de senhoras, era ministra da igreja, mas os três filhos do casal acabaram indo para o caminho das drogas.

Então, percebe-se que mesmo com uma educação saudável, religiosa, de princípios, às vezes temos esse problema. Entendo que isso acontece pelas companhias, pelo meio no qual os jovens às vezes se inserem socialmente. Naquele caso, lembro que dois filhos conseguiram livrar-se do mal, mas uma menina de 21 anos, depois de completamente dominada pelas drogas, acabou suicidando-se.

Enfrentar o problema das drogas é dever e responsabilidade de todos. Feliz da família que não tem nenhum problema de drogas, seja com o álcool ou com as demais drogas, todas muito devastadoras. O álcool

também é uma droga que causa graves problemas para a sociedade, para a família, porque desestrutura todas as relações.

Mas temos, sr. presidente, algumas notícias boas com referência ao nosso estado, principalmente na área da segurança pública.

Ontem, no jornal *Notícias do Dia*, acompanhei duas matérias, claro que não com o destaque de quando ocorre um fato grave, mas duas notícias importantes: a atuação da DIC, Divisão de Investigação Criminal, e do COP, de Itajaí, na prisão de um homicida após cinco meses de investigação.

Na verdade, tratava-se de um trio de alta periculosidade que matou duas pessoas, feriu terceiros, inclusive uma senhora que estava com um nenê no colo e foi vítima de disparos desses assassinos. Dois deles já haviam sido presos anteriormente pela Divisão de Investigação Criminal de Itajaí, e agora o último integrante também foi preso.

Essa notícia saiu numa parte de pouco destaque do jornal, mostrando que muitas vezes a população não acompanha, porque passado o momento do evento, alguns meses depois, a Polícia faz a prisão, o que é importante, mas a sociedade não toma conhecimento.

No mesmo jornal aparece que Santa Catarina é o 23º na lista de mortes de mulheres, quer dizer, estamos quase no final da relação dos estados, isso até 2010. Temos que trabalhar para não aumentar ou até diminuir esse índice de crimes envolvendo mulheres.

Santa Catarina está na 23ª posição: em cada grupo de 100 mil mulheres catarinenses, 3,6 foram assassinadas em 2010. Florianópolis, segundo o estudo, aparece em 22º lugar na lista das capitais, com 3,5, abaixo de Lages, cidade com maior número de homicídios de mulheres, com a média de 14,9.

A grande maioria das ocorrências contra as mulheres no país, 68,8%, acontece em casa. O agressor mais comum é o cônjuge, 27,1%; amigos ou conhecidos aparecem em segundo lugar, 16,2%; e desconhecidos aparecem em terceiro, 13,8%.

O meio mais usado para matar é a arma de fogo. O mapa mostra que 53,9% das mulheres assassinadas em 2010 morreram dessa forma, sendo a segunda maneira com armas brancas.

Outro assunto que havia preparado para abordar é a questão da PEC dos bombeiros. Vamos buscar nas comissões desta Casa o consenso. Tenho todos os expedientes encaminhados por entidades, por associações comerciais, como a de Itajaí, de São Miguel d'Oeste, de Jaraguá do Sul, de Videira, enfim, todo o estado está mobilizado acreditando na capacidade de negociação, de entendimento da Assembleia Legislativa, para que esse assunto seja resolvido e que a cobrança das taxas pelas unidades de voluntários e militares fique devidamente regulamentada.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, quero registrar a presença neste Parlamento do sr. Marco Antônio dos Santos, diretor da Farsul, do sr. Benício Albano Werner, presidente da Afubra, e do sr. Marclício Laurindo Drescher, tesoureiro da Afubra, os quais estão aqui desde ontem discutindo com a Fetaesc um

tema de extrema importância para a pequena propriedade rural, para o nosso pequeno agricultor, sobre a situação do fumicultor de nosso país, com encaminhamentos para o ministério da Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Mauro de Nadal. Está feito o seu registro e damos as boas-vindas aos senhores mencionados.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero anunciar a presença dos vereadores Marcos Simão Eyng, Aparecida de Fátima Capistrano Garlini, Antônio Carlos Contezini e de inúmeras autoridades de Rio do Campo. Eles trazem pedidos da revitalização da rodovia que vai de Passo Manso a Rio do Campo.

Quero também saudar a vereadora Lialda Lemos Elizandro, que veio em nome da Associação Comunitária Santa Terezinha trazer inúmeras reivindicações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Serafim Venzon.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Vou dividir o meu tempo com a deputada Luciane Carminatti, deputado Moacir Sopelsa.

Neste horário do partido quero ressaltar o nível de investimentos neste país com o ProUni. O valor que foi divulgado ontem diz respeito às universidades particulares que deixarão de pagar R\$ 1 bilhão de impostos neste ano. Essa renúncia fiscal do estado refere-se às universidades privadas que ofertarem bolsas de estudos para alunos de escolas públicas.

O governo federal com essa iniciativa abre a perspectiva de os estudantes de escolas públicas terem acesso às universidades com bolsas de estudo. Essas universidades estarão automaticamente retirando do seu pagamento de Imposto de Renda os recursos para investir em bolsas de estudos.

Isso é extremamente importante num país que hoje tem deficiência de engenheiros, de geólogos, de profissionais de infraestrutura, de engenharia de produção, de prospecção de petróleo etc.

Essa iniciativa do governo mostra claramente que é mais um passo que o governo federal dá na construção de uma política educacional brasileira, na amplitude que este país precisa ter de formação de profissionais qualificados, através das universidades não apenas públicas que estão sendo ampliadas de forma magnífica, mas também através das escolas privadas, universidades que pouco têm ofertado.

Eu iria falar também sobre a política de juros, mas vou deixar o resto do tempo para a deputada Luciane Carminatti.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário destinado ao PT, com a palavra a deputada Luciane Carminatti, por até sete minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero agradecer primeiramente o cavalheirismo do deputado Jailson Lima.

Sr. presidente e srs. deputados, registro, representando o Partido dos Trabalhadores, a inovação que representa a Lei de Acesso à Informação Pública, que foi sancionada em novembro de 2011 pela

presidenta Dilma Rousseff e que a partir do próximo dia 18 de maio deverá ser implementada nas três esferas de governo, em todas as fundações, autarquias, empresas de economia mista, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta e indiretamente pela união, estados, municípios e distrito federal.

Essa lei permite que qualquer cidadão possa obter informações de órgãos públicos, delimitando prazos e procedimentos de resposta. A proposta prevê a obrigação de os órgãos públicos e entidades ligadas ao governo tornarem disponíveis todas as suas informações de forma acessível para leigos, em formato eletrônico. Os dados não divulgados poderão ser requeridos por qualquer cidadão e fornecidos no prazo máximo de 20 dias.

Quero destacar que essa lei está de acordo com a própria Constituição, que garante, no seu art. 37, inciso II, que o acesso dos usuários a registros administrativos e informações sobre atos do governo está assegurado e que à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental para que possa haver o acesso a todos os cidadãos. O inciso XXXIII, do art. 5º diz que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou do interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade, do estado.

No entanto, as informações que os brasileiros necessitam para compreender tanto a execução orçamentária, como as informações sobre o governo, devem ser apresentadas ao cidadão em 20 dias.

Quero fazer o registro de que nesta Casa temos aprovado vários requerimentos solicitando informações do governo do estado. E cito apenas quatro requerimentos que aprovamos e que são fundamentais para podermos compreender onde estão sendo aplicados os recursos e a possível má aplicação deles, pois é nosso papel fiscalizar.

Solicitamos, através de um requerimento, em 29 de fevereiro deste ano, ao governo do estado e à secretaria da Casa Civil que informasse sobre os impostos que compõem a base de cálculo para os recursos a serem aplicados na manutenção e no desenvolvimento do sistema de ensino. Até hoje, sr. presidente, não recebemos resposta.

O segundo requerimento solicita ao secretário da Fazenda informações sobre o índice de participação dos municípios, nominando as suas respectivas associações, no produto da arrecadação do ICMS, de 1990 a 2010. Também até hoje não recebemos as informações solicitadas.

Outro requerimento, de 21 de março, solicitou informações aos secretários da Agricultura e da Defesa Civil sobre o plano de trabalho apresentado pelo governo do estado para a liberação de recursos financeiros do governo federal destinados às ações assistenciais e de emergência, no combate aos efeitos da estiagem e da prevenção contra a falta de chuva nos municípios.

Recebemos a informação, no dia 18 de abril, de que não é sua prerrogativa fornecer tais documentos e informações.

Outro requerimento datado de 6 de outubro solicita informações ao governo do estado sobre os eventos organizados pelas prefeituras e pelas entidades de direito privado que receberam recursos financeiros do governo do estado de janeiro a outubro de 2011. Nenhuma resposta!

Digo ainda que não precisaríamos ter uma lei que imputasse responsabilidade às

autoridades que não fornecessem as informações solicitadas. Quando o gestor trabalha de forma séria, honesta, sem dever nada a ninguém, por que não responde o que é solicitado? Se não tem nada a esconder, que responda às perguntas que lhe são feitas.

Então, essa lei, que deve ser implementada pelos gestores municipais, estaduais e federais, vem justamente garantir que todo cidadão brasileiro receba, no prazo de 20 dias a contar da ciência do requerimento solicitado, a resposta ao seu pedido. Vamos exigir o cumprimento dessa lei em Santa Catarina!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado José Milton Scheffer, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, quero cumprimentar em seu nome todos os demais deputados e deputadas que estão no plenário.

Registro a presença de José Dedé De Luca, suplente de vereador do município de Içara, de Rodrigo Gonçalves, presidente da Juventude Progressista de Içara, juntamente com Marcel Lodeti, o Tuca, vice-presidente do diretório, que estão-nos visitando e tratando de assuntos de interesse daquela querida cidade.

(Passa a ler.)

"Nesta tarde quero ressaltar o pioneirismo do Centro Universitário Barriga-Verde, Unibave, em Cocal do Sul, que baseado no fato de Santa Catarina possuir um importante polo cerâmico, sendo líder nacional na produção de cerâmica para revestimento e o segundo em exportação, demonstrou sua preocupação com o desenvolvimento regional implantando o curso de Engenharia Cerâmica, único curso nessa categoria na América Latina, dada a importância que a cerâmica tem para a economia de Santa Catarina e do Brasil.

Tal iniciativa vem ao encontro da necessidade regional, sendo que o nosso estado tem na região sul a maior concentração de indústrias, empregando mais de 18 mil trabalhadores.

O setor é responsável por 1,6% das exportações do estado, ou seja, próximo a US\$ 126 milhões, mesmo num período de dificuldades para exportação. Graças à tecnologia e à competência da indústria cerâmica do sul do estado, as nossas exportações têm-se mantido, mas poderiam ser maiores se tivéssemos o apoio e políticas públicas voltadas ao incentivo das exportações do nosso produto.

Nesse contexto, a Unibave tem desenhado a estrutura de seus cursos sempre respeitando as especificidades e necessidades de sua área de abrangência.

A Unibave merece os nossos cumprimentos, o nosso reconhecimento, porque tem escolhido seus cursos universitários em função das demandas regionais. Foi assim que criou o curso de Engenharia Cerâmica, que tem proporcionado para o setor na região sul um polo de pesquisa, desenvolvimento e formação de mão-de-obra qualificada para o desenvolvimento desse setor.

Devemos ressaltar o compromisso institucional, bem como cumprimentar o reitor Celso, o atual reitor em exercício, Valmir Bratti, toda o corpo docente, os parceiros e a comunidade que pretendem transformar o campus da Unibave de Cocal do Sul em referência em qualidade de ensino, formando pessoas e construindo valores, auxiliando no crescimento e desenvolvimento sustentável da

nossa região, sendo motivo de orgulho para todo estado de Santa Catarina por esse pioneirismo.

O curso de Engenharia Cêramica teve início em 2007, preenchendo uma lacuna existente na formação de profissionais qualificados com competência para atuar no mercado de cerâmicas tradicionais, avançadas e no desenvolvimento de pesquisas científicas, buscando suprir as necessidades regionais e nacionais do setor cerâmico. Setor este em constante crescimento, que teve somente na região de Criciúma um faturamento de R\$ 3,2 bilhões em 2011, que com a qualificação de profissionais formados pela Unibave irá assegurar novas tecnologias de produção, tratamento e transformação da matéria-prima, de forma a assegurar maior competitividade do produto catarinense no mercado nacional e internacional.

Assim, quero cumprimentar a Unibave, todo o corpo docente, seus funcionários e os acadêmicos pelos trabalhos, estudos e pelos esforços empreendidos e desenvolvidos à frente do curso de Engenharia."

Todo estado de Santa Catarina tem vibrado com tais iniciativas e conquistas, posto que o curso, além de garantir o conhecimento técnico para os graduandos, leva a região ao crescimento e ao desenvolvimento, com geração de novas oportunidades de emprego e renda, atendendo por fim ao princípio da vida acadêmica, que só tem sentido se as habilidades e os conhecimentos técnicos adquiridos ao longo curso também servirem para trabalhar em favor da sociedade em geral, da comunidade local e na consolidação da humanização das relações profissionais e humanas.

Quero cumprimentar a primeira turma de formandos do último mês de abril, bem como a coordenadora do curso, professora Karina Donadel. Através dela quero cumprimentar todos os estudantes do curso de Engenharia Cerâmica, pela primeira turma formada, que já está ocupando o mercado de trabalho, pois é um curso diferenciado.

É preciso dizer também que é um curso de dez fases, sendo que a nona fase é realizada em Portugal, um país em que a qualidade da cerâmica é a mais desenvolvida do mundo. A Unibave proporciona aos estudantes do curso de Engenharia Cerâmica a possibilidade de realizarem a nona fase em outro país, agregando mais conhecimento, universalizando a educação e trazendo para cá tecnologias empregadas em países líderes no setor."

Quero parabenizar a Unibave e todo o seu corpo docente por essa iniciativa e por essa conquista.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado José Milton Scheffer.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

(Pausa)

Não havendo oradores do partido que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo oradores do partido que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - (Passa a ler.)

"Sr. presidente e colegas parlamentares, minha saudação a todos que nos acompanham nesta Casa pela TVAL ou pela Rádio Alesc Digital.

Nos últimos dias, a administração pública de Santa Catarina passou a ter como tema central os possíveis efeitos que a aprovação pelo Senado do Projeto de Resolução n. 72 terão na economia do estado.

Os números são todos elevados, embora haja discordância entre os pontos de vista mais pessimistas ou otimistas. Mas há, de qualquer modo, a certeza de que vamos perder arrecadação num período em que cada vez mais a economia, o setor produtivo tem influência direta sobre as ações que o estado precisa promover em favor do bem-estar da população, quer seja na educação, na saúde, na segurança pública ou em outras frentes de atuação do governo.

Exatamente por isso as principais lideranças políticas e empresariais, preocupadas com o destino de Santa Catarina, com o progresso de nossa gente, com a melhoria da qualidade de vida, vêm cada vez mais dedicando atenção à construção de alternativas capazes de compensar as perdas prováveis que o estado terá a partir de 2013, quando o novo padrão unificado de tributação alfandegária reduzirá as operações nos nossos portos.

Srs. parlamentares e você que no assiste, a única ação desenhada pelo governo federal como possível compensação para Santa Catarina é a abertura de linhas de financiamento. Mas quando esse tipo de situação se transfere para o plano familiar, é mais ou menos como dizer a um pai de família que perdeu o emprego que para compensar o salário que vai-lhe fazer falta no final do mês, ser-lhe-á oferecido um empréstimo.

Ora, quem toma dinheiro emprestado tem que pagar mais cedo ou mais tarde. E assim, embora se resolva uma situação emergencial, é certo que aquele pai de família terá que buscar outras soluções para reconquistar um rendimento capaz de suprir as necessidades de sua família e ainda cobrir a prestação daquilo que tomou emprestado. Ou seja, transferindo esse quadro para o estado, se vamos perder aproximadamente R\$ 1 bilhão ou mais em arrecadação futura e se o governo federal acena com a possibilidade de abrir linhas de crédito, é certo que este poderá lançar mão de recursos como forma emergencial de compensar perdas, mas terá que ter muita habilidade e sabedoria para investir bem, de forma a alavancar a nossa economia, fazer o estado crescer e gerar riqueza, o que irá promover o aumento da arrecadação e, por consequência, numa linha lógica, garantir recursos para o pagamento futuro daquilo que for tomado por empréstimo, seja com o BNDES, com o Banco do Brasil, com a Caixa Econômica ou mesmo com qualquer instituição de fomento externo.

Além disso, quando falamos em estado devemos ter plena consciência da importância de Santa Catarina para o Brasil, da pujança histórica de nossa economia e ter claro que a união também está devendo aos catarinenses e devendo muito, pois há tempo se fala em investir na infraestrutura, em melhoria de estradas e na recuperação de ferrovias, mas o que vemos é o sufoco diário da BR-470 e da BR-280, trilhos enferrujando no planalto norte e até mesmo a duplicação da BR-101, que se arrasta, pois já deveria estar pronta em 2008, mas hoje já se fala que só estará concluída em 2015.

E de promessa em promessa, de aditivo em aditivo, vamos contando casos, mas a vida segue e os catarinenses esperam,

esperam e já não sabem se podem ou não acreditar no que é prometido pelo governo federal.

De nossa parte, a administração estadual formou um grupo de trabalho para formatar propostas a partir de uma ampla avaliação de como a nossa economia será afetada com as novas regras tributárias ditadas pela união. É certo que será preciso fortalecer setores como os de logística e comércio exterior, além das indústrias que hoje se beneficiam da importação de matéria-prima para produzir conteúdo manufaturado mais competitivo de modo a que a economia de Santa Catarina tenha o mínimo de perdas.

O estado também planeja um conjunto de ações para melhorar as condições de infraestrutura. E como os maiores gargalos sempre citados são a necessidade de duplicação da BR-280 e da BR-470, o governador Raimundo Colombo chegou a adiantar a disposição do estado em realizar a duplicação da BR-470, garantindo a agilidade da obra em sua execução e fiscalização, ficando o custeio para o governo federal.

Precisamos azeitar nossos corredores de exportação, dar condições para nossas empresas produzirem mais e escoarem sua produção. Aí também entram questões como necessidade de adequação à nova realidade de regimes tributários hoje vigentes para o comércio exterior, a fim de garantir segurança jurídica, tratamento isonômico e estímulo ao investimento na transformação de produtos intermediários.

Precisamos também da redução de custos de logística que envolvam a maior eficiência dos portos e a recuperação e expansão de nossa malha ferroviária.

Nesse sentido, quando falamos em nossas ferrovias, há de novo motivos suficientes para cobrar da união apoio e eficiência no que diz respeito aos interesses de Santa Catarina. Fala-se muito numa ferrovia do frango ligando o oeste ao litoral, mas as coisas vão devagar, ficam em estudos e, quando muito, no anúncio de projetos. De prático, falta o pulso firme para cobrar da concessionária que explora nossos trilhos a recuperação da malha já existente.

Vejam, sras. e srs. deputados, que no Plano Nacional de Logística e Transportes desenvolvido pelo ministério dos Transportes estão anunciados R\$ 12 bilhões em novos investimentos na infraestrutura de logística de Santa Catarina até 2022. No entanto, para o ano em curso, na ferrovia do Contestado, isso na parte que ainda está operante, ou seja, no ramal de Mafrá até o porto de São Francisco do Sul, há previsão de um gasto para este ano de R\$ 902 mil. Isso é um verdadeiro absurdo. São R\$ 902 mil para um trecho de 469 km. Ou seja, não chega a R\$ 2 mil por quilômetro para manter uma ferrovia. Será que vai pagar uma roçada?

Essas informações foram divulgadas em recente edição do jornal *O Planalto*, de Canoinhas, que é a minha cidade e onde há um forte sentimento de cobrança pelo abandono da nossa ferrovia. Lá vemos a ferrovia do Contestado em total abandono, como acontece em muitos outros municípios do planalto norte. Sabemos que a recuperação daquela ferrovia poderá alavancar a economia, dar impulso para o escoamento da safra agrícola, reduzir custos para a instalação de indústrias, enfim, promover o desenvolvimento.

Aproveito ainda para recuperar uma proposta que sempre foi nossa, mas há poucos dias, na coluna da jornalista Estela Benetti, no *Diário Catarinense*, teve o endosso do conselheiro do Instituto Eivaldo Lodi, sr. José Suppi, da Federação das Indústrias de Santa

Catarina, que defende a recuperação da ferrovia do Contestado, para que sua malha seja conectada entre Joaçaba e Ponte Alta, abrindo rumo para uma ligação com o oeste bem mais fácil do que a construção de uma ferrovia totalmente nova.

Vejam que é uma ligação de 70 km, somada à recuperação de uma ferrovia já existente, embora em péssimo estado, para abrir caminho para os trilhos no rumo de Chapecó, indo adiante para a Argentina e criando também perspectivas para ligar o oeste ao centro-oeste do país, de onde vem soja e milho para as nossas agroindústrias. É uma solução inteligente, que também irá favorecer o planalto norte, cidades como Porto União e Canoinhas e toda a comunidade da região.

Por isso, senhoras e senhores, é que não cansamos de cobrar a recuperação de nossa malha ferroviária, pedir mais investimentos na infraestrutura do estado para que a nossa economia possa crescer ainda mais e compensar os percalços que virão em 2013 com a perda de arrecadação imposta pelo Projeto de Resolução n. 72, transformado na Resolução n. 13.

Espero que isso ainda aconteça num tempo razoável para que não acumulemos grandes prejuízos ao estado."

Gostaria de me reportar ainda à ALL que, além de não investir na ferrovia do Contestado, está vilipendiando-a, trocando os trilhos bons que ainda existem por trilhos ruins, desgastados, fazendo com que haja um sucateamento.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Deputado Antônio Aguiar, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento e pela defesa do desenvolvimento do planalto norte catarinense, uma região importantíssima, representada muito bem por v.exa.

Gostaria ainda de me irmanar a v.exa. com relação à Resolução n. 72 e quero demonstrar aqui a minha insatisfação com essa resolução que foi aprovada sob pressão do governo federal, retirando de Santa Catarina recursos importantes, não do estado de Santa Catarina, mas do povo catarinense, retirando empregos da nossa gente sem dar-nos a chance de nos adaptar a uma nova realidade.

Isso comprova, mais uma vez, independentemente de quem esteja no governo federal, que não temos uma federação no Brasil, que os estados e os municípios não são respeitados na sua autonomia, que o governo federal faz o que quer, como fez na questão dos portos, da Emenda 29, e faz com os municípios diariamente utilizando os demais entes da federação de acordo com a sua vontade.

Por isso quero aqui cumprimentar v.exa. por abordar um assunto muito importante para todos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu gostaria também de me reportar à grande liberação de recursos na área da saúde pelo governo estadual, com a presença do governador João Raimundo Colombo, do vice-governador Eduardo Pinho Moreira e do secretário da Saúde, Dalmo Claro de Oliveira. Foram destinados mais de R\$ 5º milhões a diversos municípios do planalto norte.

Queremos agradecer ao governo do estado de Santa Catarina por olhar a saúde de maneira diferente, fazendo com que sejam contemplados principalmente com equipamentos médicos os nossos hospitais, para podermos melhor atender à nossa população.

O que foi falado hoje nos enche de esperança. A ideia de Pinho Moreira de construir centros regionais de saúde é muito boa. Vamos fazer com que esses centros desafoguem os hospitais e façam o trabalho de medicina do dia a dia.

Parabéns ao nosso governador e ao secretário da Saúde!

Gostaria ainda de parabenizar o secretário da Educação, Eduardo Deschamps, que mudou a nossa visão de educação com sua ação transparente e dedicada, fazendo com que os municípios e as regionais recebam o apoio necessário.

Era o que tínhamos a dizer, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha na Assembleia Legislativa e também pela TVAL e Rádio AleSC Digital, agradeço às lideranças dos partidos pelo acordo e a inclusão na pauta de votação de hoje o projeto que cria regiões metropolitanas no estado de Santa Catarina. Esse projeto veio do governador Raimundo Colombo e atende às expectativas de 94 municípios do nosso estado que estavam excluídos das RM.

Hoje recebi de um cidadão do município de São Miguel d'Oeste um e-mail perguntando quando esse projeto será aprovado, porque ele comprou um terreno e quer construir uma casa, mas por estar fora da previsão das regiões metropolitanas o limite habitacional de financiamento do Minha Casa, Minha Vida é de R\$ 80 mil, mas passando à região metropolitana, o limite subirá para R\$ 130 mil.

Temos 94 municípios excluídos, principalmente na região oeste, na região do Contestado, na região de Videira e do vale do rio do Peixe até Joaçaba. Com a votação desse projeto corrige-se esse tratamento diferenciado que a legislação dá e, por conseqüência, benefícios do governo federal, benefícios em várias áreas.

Também quero aproveitar para fazer um alerta à população: hoje é o último dia para quem quer tirar, transferir, renovar, fazer segunda via do título de eleitor. Então, por direito e pela cidadania é importante que as pessoas até as 19h ainda procurem o cartório eleitoral mais próximo da sua residência para fazer a regularização do seu título.

Ouvi pela rádio alguém entrevistando eleitores que estavam nas filas para conseguir, renovar ou fazer a transferência do título. E um jovem disse que iria tirar o título não porque queria votar, mas porque queria fazer o passaporte.

Então, vemos que o sentimento de cidadania, de vontade de participar, de mudar este país, muitas vezes fica tolhido. E temos como obrigação mobilizar a sociedade para acreditar, para ver que há esperança, que tem que haver mudanças, pois existe corrupção em todos os setores; temos corrupção em todos os níveis de governo, mas quanto mais os bons se omitirem mais fácil vai ficar para que os maus continuem agindo de forma errada.

O PSD, na última semana, no município de Balneário Camboriú, mobilizou-se para as próximas eleições, fez um grande encontro de filiações, coordenado por Dão

Koeddermann, que certamente será o nosso candidato a prefeito de Balneário Camboriú. Também estava presente Claudinei Loss, que deverá ser o candidato no município de Camboriú, além do deputado federal Paulinho Bornhausen e outras lideranças regionais.

Foi uma mobilização de motivação de filiação, de cidadania, buscando fazer que a democracia cada vez mais avance em nosso país.

Recebi um calendário eleitoral para 2012, com a Resolução n. 23.341, do Superior Tribunal Eleitoral, encaminhada pelo senador Casildo Maldaner, e até faço questão de ler a apresentação, pois é mais uma forma de mobilizar o cidadão, os políticos e aqueles que querem ingressar na vida pública.

(Passa a ler.)

"Este ano o Brasil viverá, mais uma vez, o grande espetáculo da democracia. Nossos eleitores decidirão nas urnas seus representantes para as Prefeituras e Câmaras de Vereadores de todo o país. Somente através desse exercício de cidadania, direito conquistado como muita luta, é possível construir o nosso futuro. Serão milhares de candidatos para os cargos no Executivo e no Legislativo municipal.

Para auxiliar esse processo, o Tribunal Superior Eleitoral publicou a Resolução n. 23.341, de 2011, que estabelece o calendário eleitoral de 2012. De maneira clara o calendário aborda todas as etapas do processo eleitoral, suas regras, datas, limites e outras questões que normalmente causam dúvidas na maioria das vezes por falta de informação.

Além de valioso instrumento para candidatos a cargos eletivos e partidos políticos, o calendário eleitoral configura-se ferramenta para que a sociedade conheça mais profundamente o processo e as regras que regem as escolhas de seus representantes.

Essa atitude cidadã contribui para o aprimoramento da democracia brasileira, pautada pela ética e pela transparência."[sic]

Palavras de apresentação do senador Casildo Maldaner.

O calendário que já vem com as datas, desde 7 de outubro de 2011, prazo para filiação daqueles que pretendiam disputar as eleições. Maio tem duas datas importantes no calendário eleitoral: 9 de maio, que é o último dia para o eleitor requerer a inscrição eleitoral ou transferência de domicílio, último dia para o eleitor que mudou de residência dentro do município pedir alteração do seu título eleitoral de uma seção para outra, último dia para o eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida solicitar sua transferência para a seção eleitoral especial, de acordo com a resolução, com o art. 91 da Lei n. 9.504, de 1997, e com o art. 2º da Resolução n. 21.008, de 2002. O outro dia é 26, data a partir da qual é permitido ao postulante à candidatura a cargo eletivo realizar propaganda intrapartidária, com vistas à indicação do seu nome, vedado o uso de rádio, televisão e *outdoor*, observado o prazo de 15 dias que antecede a data definida pelo partido para a escolha dos candidatos.

Como o prazo das convenções partidárias começa no dia 10 de junho, sendo que 5 de junho é o último dia para a Justiça Eleitoral enviar aos partidos políticos, na respectiva circunscrição, a relação de todos os devedores de multa eleitoral, a qual embasará a expedição de certidões de quitação eleitoral.

Dia 10 de junho, como já falei, é o prazo a partir do qual é permitida a realização de convenções destinadas a deliberar sobre coligações e escolher candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador; data a partir da qual é vedado às emissoras de rádio e televisão

transmitir programa apresentado ou comentado por candidato escolhido em convenção; data a partir da qual os feitos eleitorais terão prioridade para a participação no Ministério Público e dos juízes de todas as Justças e instâncias, ressalvados os processos de *habeas corpus* e mandado de segurança.

Dia 30 de junho é o último dia para a realização de convenções e 5 de julho, uma quinta-feira, é o último dia para os partidos políticos e coligações apresentarem no cartório eleitoral competente, até as 19h, o requerimento de registro de candidatos a prefeito, a vice e a vereador.

Então, a Resolução n. 23.341 traz todo o regramento para as eleições deste ano e é importante que os interessados, os candidatos e os partidos tenham pleno conhecimento desse calendário e orientações e que os candidatos e o próprio cidadão estejam informados, deputado Ismael dos Santos, sobre essas datas, até porque algumas irregularidades ocorrem não por dolo, não por má-fé, mas por desconhecimento da legislação e de acompanhar essa situação.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, primeiramente quero dar as boas-vindas ao deputado Daniel Tozzo, que regressou à Casa e faz parte do PSDB.

Antes de iniciar minha fala, quero desejar que o filho da deputada federal Luci Choinacki tenha um pronto restabelecimento do acidente que sofreu há dois dias, com traumatismo craniano. Um grande abraço e os votos de uma pronta recuperação ao filho daquela brilhante deputada.

A todo momento nos deparamos com um acréscimo, diria até assustador, da bandidagem que campeia não somente na região da Grande Florianópolis, mas em toda Santa Catarina e em todo o país.

É uma preocupação muito grande especialmente porque o grande problema é que não há aumento do contingente de policiais. Quando se pensa em termos de segurança, o primeiro pensamento que vem é o aumento do contingente de policiais, que poderia resolver o problema em curto prazo, mas em médio e longo prazo não resolve, e sabemos disso.

Não temos policiais e não estamos conseguindo aumentar o número deles na mesma proporção em que aumenta o número de bandidos, essa que é a verdade. Não conseguimos aumentar as nossas ruas, nossos perímetros urbanos, na mesma proporção em que aumenta também o número de carros, por isso estamos vendo o caos no trânsito. Não estamos conseguindo aumentar o número de escolas na mesma proporção em que aumenta o número de alunos. Não estamos conseguindo ou duplicar o número de estradas deste país na mesma proporção em que temos o seu desenvolvimento. Não estamos conseguindo aumentar os nossos aeroportos na mesma proporção em que aumentam os passageiros. Não estamos conseguindo aumentar o número de hospitais na mesma proporção em que aumentam também os acidentados e os doentes. É incrível, mas é verdade! É isso que está acontecendo. Essa é a realidade que vivenciamos.

Falta tudo isso que falei aos senhores: policiais na mesma proporção de bandidos, ruas na mesma proporção de carros,

escolas na mesma proporção de alunos, estradas na mesma proporção do desenvolvimento, aeroportos na mesma proporção de passageiros, hospitais na mesma proporção de enfermos. Por outro lado, temos secretarias regionais demais para o tamanho do nosso estado. Esta é a verdade, a grande verdade! Temos secretarias demais para o tamanho do nosso estado! O sensato seria termos, no máximo, 21 SDRs bem estruturadas, bem organizadas, uma em cada região.

Temos também, srs. deputados, e não podemos tapar o sol com a peneira, deputados demais, temos deputados federais demais, temos senadores demais, temos vereadores demais. Essa é a grande verdade. Se formos olhar com sensatez a realidade deste país, veremos que com um número bem menor de parlamentares continuaríamos vivendo muito bem.

Então, o que estou querendo mostrar aos senhores é um paralelo. Se por um lado faltam condições para dar uma estrutura melhor para este país em segurança, em saúde, em educação, por outro lado está sobrando estrutura no Poder Legislativo e no Poder Executivo. Essa é a grande verdade!

Gostaria de ir um pouco mais além nessa reflexão, mas numa próxima oportunidade voltarei ao assunto.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Neste momento, os deputados estão reunidos na comissão de Constituição e Justiça. Sendo assim, vamos suspender a sessão até que o horário da Ordem do Dia.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio)(Faz soar a campanha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Levando em conta o adiantado da hora, vamos deliberar apenas o Projeto de Lei n. 0032/2012, que acabou de ser aprovado nas comissões de mérito e que está pronto para ser votado com emendas.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, gostaria de pedir o destaque da votação da emenda referente a esse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - V.Exa. pode fazer o destaque na forma regimental, com a assinatura de quatro deputados.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Como esta é uma Casa democrática, gostaria de pedir o apoio da assessoria para rapidamente formular o requerimento para que eu possa coletar as assinaturas dos parlamentares que se colocarem à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Vai ser feito isso, até porque o projeto está sendo incluído na pauta com a concordância de todos os srs. líderes. Por se tratar de matéria recém-aprovada na comissão de Justiça, há todas as condições para que isso seja feito. Assim, vamos suspender a sessão por até cinco minutos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campanha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Vamos, preliminarmente, à discussão do projeto. Vamos discutir o requerimento assinado, na forma regimental, por quatro srs.

líderes, encaminhado pelo deputado Jean Kuhlmann, que destaca a emenda que retira recurso das enchentes e transfere-os para o combate às consequências da estiagem.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, apenas desejo Fazer um questionamento.

No momento da discussão na comissão de Constituição e Justiça, o eminente deputado José Nei Ascari apresentou ao projeto uma subemenda solicitando a unificação dos itens constantes do anexo apresentado na emenda da comissão de Finanças e Tributação. Essa subemenda diz que os dois valores estariam englobados e a descrição seria para prevenção de cheias e secas. Essa é a subemenda do deputado José Nei Ascari. Como ela foi feita de forma verbal, sr. presidente, foi rejeitada pelo relator na comissão de Constituição e Justiça.

Assim, consulto a Casa sobre a possibilidade de colocarmos em votação a subemenda apresentada pelo eminente deputado José Nei Ascari na comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Jean Kuhlmann, em primeiro lugar, do projeto que veio para cá não constava a destinação efetiva dos recursos. O que houve foi uma emenda carimbando a aplicação dos recursos.

A emenda do deputado José Nei Ascari foi uma emenda verbal. O Regimento não permite destaque de emenda verbal. Então, do ponto de vista regimental, não há como essa emenda, que entendo meritória, ser trazida a plenário neste momento. Há, sim, o destaque feito por v.exa., que foi rejeitado. A outra é verbal, apenas poderia ser aprovada na comissão e nesse caso viria a plenário. Mas, regimentalmente, não cabe trazer para plenário emenda verbal.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Está certo, sr. presidente!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Quero, com permissão do deputado Jean Kuhlmann, recordar aquilo que v.exa. bem destacou, ou seja, que o governador encaminhou a esta Casa um pedido de autorização para contrair um empréstimo de R\$ 611 milhões, sem especificar no que iria investir.

Na comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Marcos Vieira, o relator da matéria, deputado Gilmar Knaesel, elencou cinco grandes prioridades.

1ª) Infraestrutura, com a revitalização das rodovias, a melhoria dos acessos às cidades.

2ª) Fibras óticas, com o cabeamento para mais de 150 municípios.

3ª) Presídios.

4ª) Prevenção de enchentes, com a intenção do governador de investir aproximadamente R\$ 200 milhões no vale dos rios Itajaí-Mirim e Itajaí-Açu. Os outros R\$ 300 milhões seriam oriundos do governo federal.

5ª) Medidas para minimizar as consequências das estiagens.

Qual catarinense que não se emocionou com as imagens da seca no estado, que talvez seja até mais grave que as enchentes que ocorrem em Botuverá, Brusque, Blumenau, alto vale?

Então, quero elogiar a iniciativa dos deputados Gilmar Knaesel e Marcos Vieira, que elencaram cinco prioridades. Agora, cabe ao governador, que tem instrumentos políticos para isto, atender ao objetivo da emenda. O governador tem instrumentos políticos para apresentar a esta Casa alguma sugestão para atender ao pedido do deputado Jean Kuhlmann, destinando os citados R\$ 200 milhões para resolver o problema das enchentes no vale do rio Itajaí.

Ao apresentar a emenda, cria-se uma situação de quem é do vale do Itajaí-Mirim ou do Itajaí-Açu tem que aprovar, como se o governador depois não fosse atender à promessa que ele mesmo fez.

Então, deputado Jean Kuhlmann, aquilo que o governador foi fazer em Itajaí, em Blumenau, em Rio do Sul, dizendo que investirá R\$ 200 milhões do governo do estado, parte de recursos próprios e parte de empréstimos, e que buscará mais R\$ 300 milhões do governo federal, ele cumprirá com certeza. Não é pelo fato de nesta votação faltarem R\$ 41 milhões que o governador descumprirá sua promessa.

Por isso, v.exa. pode retirar a sua emenda porque o governador Raimundo Colombo cumprirá a promessa que fez ao vale do Itajaí, porque se trata de uma prioridade do governo do estado de Santa Catarina, já que ele não quer mais presenciar o sofrimento do povo daquela região, da mesma forma que ele não quer que o povo oestino sofra com as constantes estiagens.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, quero ratificar as palavras do deputado Jean Kuhlmann e discordar do deputado Serafim Venzon, no sentido de que aquele não foi somente um discurso, mas, sim, um compromisso, um pacto do governo com o vale do Itajaí. E acompanhamos isso passo a passo. Está-se tirando R\$ 200 milhões de R\$ 60 milhões. E de onde vamos tirar?

Permita-me usar a alegoria, deputado Padre Pedro Baldissera, estamos despiando um santo para cobrir outro. É uma atitude equivocada e fica aqui o nosso protesto!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Continua em discussão o destaque.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - V.Exa. quer falar sobre o destaque ou sobre a emenda depois?

(Deputado Jean Kuhlmann fala fora do microfone.)

Então, é só sobre o destaque, para falar sobre o projeto só depois, deputado, porque se o destaque não for aprovado, não poderá haver discussão da emenda.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Farei uma única discussão, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Até pelo adiantado da hora é uma boa providência, sr. deputado.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Claro, sr. presidente, até em respeito aos srs. parlamentares.

Srs. deputados, vou pedir a sensibilidade de todos para que ouçam um relato.

O vale do Itajaí há 20 anos vem discutindo um projeto chamado Jica. Esse projeto foi elaborado e recentemente o governador Raimundo Colombo esteve no Japão. O projeto foi aprovado, mas o Jica disse que o Brasil não é prioridade para eles, deputado

Jailson Lima, e que o governador teria que buscar recursos em outra fonte.

Então, o governador Raimundo Colombo começou a se bater para buscar recursos em outra fonte para executar o projeto Jica. Resolve, desta forma, atualizar definitivamente o Jica e criar o Plano Diretor de Prevenção de Cheias do Vale do Itajaí. Esse plano prevê obras num valor total de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão e deve levar 20 anos para ser executado.

A primeira etapa do plano diretor envolve R\$ 512 milhões, e o governador contou com a sensibilidade da presidente Dilma Rousseff, deputado Jailson Lima, que assumiu o compromisso com o estado que desses R\$ 512 milhões referentes à primeira etapa desse projeto cerca de R\$ 300 milhões viriam do governo federal. E o governador Raimundo Colombo assumiu um compromisso com a presidente Dilma dizendo que os R\$ 200 milhões para completar a primeira etapa da obra o estado garantiria.

Como o governador iria garantir esses R\$ 200 milhões? Seriam R\$ 60 milhões de recursos próprios e R\$ 140 milhões viriam de um financiamento com o BNDES. Qual financiamento? Esse que iremos votar hoje. O governador assumiu o compromisso que R\$ 140 milhões do valor total desse financiamento seriam destinados ao projeto de prevenção de cheias do vale do Itajaí.

Neste momento estamos destacando uma emenda que foi aprovada pela comissão de Finanças e Tributação, que reduz a parte do BNDES em R\$ 40 milhões, juntando a contrapartida do estado em aproximadamente R\$ 60 milhões. Ou seja, temos que dizer agora ao secretário Geraldo Althoff qual das obras previstas na primeira etapa o secretário não vai mandar para o BNDES, qual obra prevista o governador terá que achar outra fonte para executar.

O governador assumiu um compromisso com a presidente Dilma Rousseff e, mais do que isso, os dois assumiram um compromisso com o povo do vale do Itajaí.

Então, quero pedir a sensibilidade dos srs. parlamentares no sentido de que deixem o projeto conforme o original enviado pelo governador. Nós não temos o direito de resolver um problema afetando um compromisso já assumido com o vale do Itajaí.

Entendo e sei que é prioridade a questão da seca, mas então que busquem recursos para executar o projeto relacionado à seca alterando os recursos da fibra ótica, por exemplo, mas não tirando das obras das enchentes. Discordo frontalmente disso. E por isso quero apelar à sensibilidade de todos. Queremos atender à questão da seca, mas o caminho não é cancelar uma obra relacionada a outro assunto importante como as enchentes. Temos que achar outra forma para resolver esse assunto e não gerar outro problema. Não temos esse direito porque a partir de agora, srs. parlamentares e sras. parlamentares, a população vai nos perguntar, em Blumenau e na região, quais obras vão deixar de ser executadas com recursos do BNDES e de que forma o governador vai cumprir o seu compromisso com a população.

Dessa forma, srs. deputados, que tirem da fibra ótica, que tirem de qualquer lugar, que tirem da mordomia dos poderes, mas não tirem recursos de quem sofre com as enchentes!

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, vou usar apenas dois minutos de todo o tempo que disponho para ser bem rápido e didático.

O projeto que está nesta Casa, sr. presidente, diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"[...] autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - no montante de R\$ 611 milhões para atender ao programa *Caminhos do Desenvolvimento* [...]"

Sr. presidente, até a aprovação do presente projeto de lei na comissão de Constituição e Justiça não se sabia em quais áreas seriam aplicados esses recursos. Foi o eminente deputado Gilmar Knaesel, relator da matéria, juntamente com outros deputados, que se dirigiu à secretaria de estado da Fazenda e lá soube em quais áreas seriam aplicados os recursos, entre elas o programa *Caminhos de Prevenção de Desastres Climáticos*. Não falava em secas nem em cheias. Como Santa Catarina vive esses dois fenômenos constantemente e anualmente, esta Casa Legislativa está dando condições ao chefe do Poder Executivo de Santa Catarina de, num ato histórico, iniciar dois extraordinários programas. Um deles alocando R\$ 133 milhões para o combate às cheias e outro, no valor de R\$ 60 milhões, no combate às secas.

A comissão de Finanças não tirou dinheiro de ninguém, a comissão de Finanças é que estabeleceu, porque não estava escrito no projeto que vai dinheiro para a Infraestrutura, para a secretaria de Justiça e Cidadania, para colocar fibra ótica em Santa Catarina, dinheiro para a enchente e para a seca.

Isso é o que foi aprovado na comissão de Finanças, foi aprovado na comissão de Constituição e Justiça, com o voto do relator Romildo Titon, e foi aprovado na comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano.

É esta a situação que a Assembleia está dando ao governador do estado: inicie, governador Raimundo Colombo, os dois programas simultaneamente: o combate à seca no oeste e o combate às cheias no alto vale.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Vamos pôr em votação os destaques às emendas. O destaque é supressivo, logo, se aprovado, retira as emendas propostas.

Por isso, quem votar "sim" mantém as emendas na forma como estão e quem votar "não" rejeita as emendas e mantém o projeto original.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edison Andrino, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, esta sessão poderia ter sido feita ontem e a dos bombeiros hoje, porque teríamos bombeiros civis e militares para ajudar a apagar esse incêndio.

Ontem foi uma sessão tranquila, bem encaminhada por esta Casa, mas hoje também, sr. presidente. E quero aproveitar a oportunidade na qualidade de líder do governo para cumprimentar os srs. deputados que se envolveram nessa matéria importante para Santa Catarina, para o governo do estado.

Acho que a ideia do deputado José Nei Ascari foi uma grande iniciativa que unificava os recursos para serem aplicados nas cheias e nas secas, infelizmente foi feita verbalmente e não chegou em tempo.

Mas quero cumprimentar a comissão de Finanças, através do deputado Marcos Vieira e do deputado Valmir Comin, como presidente da comissão de Transporte, e o relator Romildo Titon. Acho que essas coisas têm que ser amadurecidas na Casa. O Executivo quando encaminhou a matéria já poderia ter feito, sr. presidente, a distribuição dos recursos por área.

Sei da agonia e da angústia do deputado Jean Kuhlmann, porque ele vai ser prefeito de Blumenau e está preocupado com a sua cidade. Independentemente disso ele já estava preocupado. Mas tenho certeza, deputado Jean Kuhlmann, que a sensibilidade do governador do estado de Santa Catarina, do secretário de Defesa Civil, Geraldo Althoff, um grande senador de Santa Catarina, não haverá de esquecer os recursos destinados ao combate às cheias de Santa Catarina e que a região mais afetada é a região do vale do Itajaí.

Por isso, sr. presidente, em nome do governo peço a todos os srs. parlamentares que votem a favor do relatório do deputado Romildo Titon, com as emendas incluídas. Na realidade, no início o governo pretendia aprovar como encaminhou a esta Casa, mas era praticamente impossível, pois os deputados têm direito e também querem sabem aonde vão se aplicados esses recursos. E parece que o encaminhamento desta Casa vai atender a todos, ao governo, à Assembleia e principalmente à população do estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, quem votar "sim" mantém as emendas aprovadas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Exatamente deputado, quem votar "sim" aprova as emendas, quem votar "não" aprova o requerimento do deputado Jean Kuhlmann, retirando as emendas. É uma emenda supressiva, por isso a votação é o inverso.

Quem votar "sim" mantém as emendas, quem votar "não" rejeita as emendas.

Está em votação.

Os deputados que concordam com a manutenção das emendas permaneçam como estão e os srs. deputados que são contrários às emendas manifestem-se.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, o sr. deputado Jean Kuhlmann, para declaração de voto.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, volto a dizer que confio no governador Raimundo Colombo, acredito nele; por isso peço que votem contra, com o objetivo de retirar a emenda. Quero pedir a todos que forem contrários que se manifestem nesse microfone, conforme orientação de v.exa.

Então, voto contra, porque acredito que não podemos atender à seca tirando dinheiro das enchentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - O deputado Jean Kuhlmann já votou.

Quem for contrário se manifeste, não precisa ser no microfone, mas cada um tem a prerrogativa de fazê-lo ou não.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos, para declaração de voto.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, pelo vale do Itajaí, voto "não"!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Estão mantidas as emendas por maioria desnecessária de ser especificada.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Eu peço a v.exa. que conste em ata que apenas dois deputados votaram contra a emenda. Apenas dois!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está bem. Constará da ata.

O Sr. Deputado Ciro Roza - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Ciro Roza.

O SR. DEPUTADO CIRO ROZA - Eu também voto contra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Então, são três votos contra.

Vamos agora votar o projeto com as emendas.

Para encaminhamento da matéria, com a palavra o sr. deputado Gilmar Knaesel, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, colegas deputados, deputadas, eu me sinto na obrigação, como relator da matéria, de fazer os encaminhamentos. Mas também quero deixar registrado que o deputado Jean Kuhlmann, meu colega, está querendo constrianger alguns parlamentares, inclusive este relator.

Deputado Jean Kuhlmann, v.exa. não acompanhou, lamentavelmente, a discussão da matéria na comissão de Finanças, onde tomamos todos os cuidados para ouvir o Executivo. A iniciativa foi de todos os deputados, tanto da Oposição quanto da Situação, em convidar o secretário da Fazenda Nelson Serpa, o secretário de Desenvolvimento Sustentável, Valdir Cobalchini, o secretário da Administração, Milton Martini, e também o secretário da Defesa Civil, Geraldo Althoff, que por falha no encaminhamento da correspondência não recebeu o convite.

Mas ainda ontem à noite tomei o cuidado de ligar para o secretário da Defesa Civil, Geraldo Althoff, relatando que haveria modificação no encaminhamento para atender à justa reivindicação da maioria dos srs. deputados na questão das secas. Ele me disse que desconhecia esse encaminhamento. Eu lhe disse que havia o encaminhamento feito com o secretário da Fazenda, que ele fizesse contato com o secretário ainda ontem à noite, e acredito que o fez. Conversamos três ou quatro vezes ontem à noite e hoje pela manhã recebi, por parte do deputado Aldo Schneider especialmente, a informação de que havia tido sinal verde por parte do secretário da Fazenda para fazermos o encaminhamento dessa forma.

O deputado Marcos Vieira teve uma posição muito corajosa, quando, no âmbito da comissão de Justiça, colocou seu mandato à disposição se não tivesse ocorrido o encaminhamento junto ao governador e ao secretário da Fazenda.

Quero dizer que acredito porque ninguém colocaria publicamente seu mandato à disposição, se não tivesse o "de acordo" dessas autoridades citadas.

Então, deputado Jean Kuhlmann, v.exa. que tem todo o meu respeito, a minha amizade, não queira fazer disso um campo de batalha.

Disse ao deputado Aldo Schneider ontem à noite que também somos do vale do Itajaí, que também sabemos o que é o sofrimento decorrente das cheias. Além disso, lembrou muito bem o deputado Marcos Vieira que quando o projeto chegou a esta Casa não havia definição alguma de recursos nem para estradas, nem para construção de presídios, nem para cheias, nem para fibras óticas. Foi através de requerimento que solicitamos aos secretários a informação de como seriam investidos os recursos.

Portanto, foi tudo feito de forma muito transparente, de forma muito clara, para que não houvesse privilégio para ninguém, muito menos em detrimento do vale do Itajaí.

Eu, com seis mandatos, jamais haveria de fazer qualquer encaminhamento para prejudicar alguém. Então, quero deixar muito claro tudo isso para que não haja amanhã um discurso político, via imprensa, de que alguém votou contra, de que alguém votou a favor contra sua própria região.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Plínio de Castro - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Plínio de Castro.

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Sr. presidente, com relação à discussão estabelecida nesta Casa acerca da emenda, até por dever de consciência, quero cumprimentar os deputados Marcos Vieira e Gilmar Knaesel, presidente e relator da comissão de Finanças desta Casa, e, da mesma forma, o deputado Aldo Schneider e os demais membros da comissão, pela postura que tiveram, sobretudo no estabelecimento da emenda detalhando o projeto encaminhado para contrair esse financiamento.

No mandato passado tive uma curta passagem por esta Casa e naquela oportunidade participei, como representante da nossa bancada, de uma reunião da comissão de Constituição e Justiça, onde foi deliberado o projeto de financiamento do governo do estado pela agência japonesa Jica, recursos destinados a saneamento. Na ocasião manifestei minha insatisfação, deputado Dieter Janssen, com o fato de que o oeste de Santa Catarina não estava sendo contemplado por aquele financiamento exclusivo para a área de saneamento.

Por isso a nossa alegria e a nossa palavra de agradecimento aos membros da comissão de Finanças e de Justiça. E v.exa., deputado Gilmar Knaesel, não precisa ficar preocupado, porque trataram dois filhos de forma igual. Se temos o problema das enchentes no vale do Itajaí e temos um problema das estiagens no oeste, graças à postura firme da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina conseguimos ver uma luz no fim do túnel, porque estão alocados R\$ 60 milhões para diminuir o impacto, sobretudo, da falta de água nas propriedades rurais.

Por isso, presidente, fico satisfeito e agradeço a aprovação da emenda.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Gostaria de deixar registrado nos anais da

Assembleia Legislativa o trabalho que a comissão de Finanças fez ao longo dos últimos dois meses, buscando o entendimento no âmbito do governo do estado, com as secretarias envolvidas nesse projeto, e no âmbito dos colegas de comissão. Evidentemente que tivemos que tomar uma decisão e a decisão, no meu entendimento e no entendimento dos pares da comissão de Finanças, foi direcionar e carimbar os recursos desse financiamento.

Moro no vale do Itajaí, sou atingido pelas cheias, mas entendo que esse assunto foi contemplado, assim como asseguramos o atendimento às consequências das secas.

Então, quero deixar registrado que a comissão de Finanças construiu o entendimento ao longo dos dois últimos meses, envolvendo todos os secretários de Desenvolvimento Regional e procurando contemplar as questões que envolvem Santa Catarina.

E quero fazer este registro: todos os membros da comissão de Finanças foram participes e entenderam que deveríamos, pelo menos, tentar encaminhar uma rubrica orçamentária para esses recursos.

Era isso, sr. presidente.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço a palavra, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, para declaração de voto, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Resido na cidade de Rio do Sul, a cidade mais afetada pelas enchentes, e acho que a partir do momento em que se abre um pressuposto de registro de três votos contrários, dá-se a entender que os outros foram contra a destinação de recursos ao alto vale para conter as cheias.

Então, não quero que isso vire um debate político. Temos o entendimento de que o estado tem que ser visto como um todo e nesse contexto tenho claro que o governo estadual não irá cumprir com o alto vale, deputado Aldo Schneider, aquilo que assinou lá, em dezembro, quando reuniu essa região inteira, da previsão de investimentos que seriam feitos. Isso temos que ter claro na proposta que está contemplada no projeto Jica.

Ao mesmo tempo, houve a questão da estiagem, que também é um problema do estado de Santa Catarina e programas têm que ser implantados.

Em relação ao problema da estiagem, espero que finalmente este estado faça um planejamento de previsão efetiva de armazenagem de água, porque normalmente a única coisa que se faz é pensar em poço artesiano.

Então, não é que tenha sido contra o recurso, quero deixar aqui este registro, deputado Jean Kuhlmann, até mesmo porque já sei que o governo estadual que não vai cumprir o compromisso assumido com o alto vale, na medida em que assinou um conjunto de protocolos que certamente não serão cumpridos.

Em segundo lugar, tem que ser feito o registro, deputado Edison Andrino, que coitado deste estado se não houvesse a nossa Dilminha para mandar dinheiro. São R\$ 300 milhões a fundo perdido, deputado Padre Pedro Baldissera, mais os recursos do BNDES.

Ao mesmo tempo, quero enaltecer a responsabilidade da comissão de Constituição e Justiça, porque esse projeto das fibras óticas, de tantos e tantos valores, se fosse realmente aplicado, aí, sim, aquilo seria uma vergonha por falta de planejamento. Colocar estrada para empresas privadas que não estão investindo no estado?

Então, a minha posição não foi de um voto contrário ao deputado Jean Kuhlmann, mas uma posição de contemplar o estado como um todo. E espero que este governo efetivamente implante um projeto de contenção de cheias e de secas.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Na realidade, o que o governo federal destina para Santa Catarina está muito aquém, sr. presidente, daquilo que o nosso estado contribui para a união, principalmente em termos de exportação. Nós recebemos apenas um pouquinho daquilo que contribuimos para o governo federal.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - V.Exa. já encaminhou a matéria e disse que iria fazer as duas juntas, mas pela ordem pode manifestar-se.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Encaminhei o voto destaque, agora a matéria. Mas como fui citado, quero somente dizer, para deixar claro também ao deputado Gilmar Knaesel, que sempre tive a minha postura de respeito a esta Casa e não quero fazer disso uma disputa política; se quisesse, teria pedido a votação do destaque nominal. Não quero fazer dessa forma, o que eu quero é apenas deixar registrado a todos os parlamentares.

Se quisessem carimbar os recursos do BNDES, deveriam ter retirado daqueles destinados à fibra ótica e não às cheias. Agora, não é justo atender à população que está na seca, tirando recursos de um projeto já pré-determinado e acordado, que precisa de R\$ 200 milhões. O erro não está em atender esse ou aquele, está na forma como foi feita a coisa.

Votarei favoravelmente ao projeto na redação final, mas quero fazer essa ressalva.

Entendo, e por isso pedi a v.exas. que rejeitassem a emenda, que o governador deveria ter a liberdade de destinar o recurso conforme a necessidade, mas acho que deveria ter atendido à região oeste na questão da seca, deputado Gelson Merisio, tirando dinheiro da fibra ótica e não do recurso que seria destinado a obras de prevenção de cheias no vale do Itajaí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está em votação o Projeto de Lei n. 0032/2012.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0010/2012, de origem governamental, que institui as Regiões Metropolitanas do Extremo Oeste e do Contestado e altera a Lei Complementar n. 495/2010, que institui as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale de Itajaí, do Alto Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera, de Tubarão e de Chapecó.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Este projeto foi encaminhado pelo governo do estado em substituição ao projeto vetado, cujo foi mantido no dia de ontem.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal e os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - A região metropolitana é importante, há possibilidade de votação em segundo turno e a redação final hoje?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Se v.exa. convencer os demais líderes da Casa, não haverá nenhum problema, deputado.

Consulto os srs. líderes se há concordância.

(As lideranças aquiescem.)

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Ficamos agradecido.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DANIEL TOZZO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DIETER JANSSEN	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	Abstenção
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NELSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Consulto se todos os srs. deputados exerceram o seu direito de voto.

(Pausa)

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 26 srs. deputados.

Temos 25 votos "sim" e uma abstenção.

Está aprovado em primeiro turno.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 18h01, a fim de procedermos à votação em segundo turno do PLC n. 0010/2012 e da redação final do projeto aprovado em turno único.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 006ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2012

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 18h01, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dieter Janssen - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Plínio de Castro - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0010/2012, de origem governamental, que institui às Regiões Metropolitanas do Extremo Oeste e do Contestado e altera a Lei Complementar n. 495/2010, que institui as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale de Itajaí, do Alto Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera, de Tubarão e de Chapecó.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER sim

DEPUTADO ALTAIR GUIDI

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

DEPUTADA ANGELA ALBINO

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

DEPUTADO CARLOS CHIODINI sim

DEPUTADO CIRO ROZA sim

DEPUTADO DADO CHEREM

DEPUTADO DANIEL TOZZO sim

DEPUTADO DARCI DE MATOS sim

DEPUTADO DIETER JANSSEN sim

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT sim

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

DEPUTADO EDISON ANDRINO sim

DEPUTADO ELIZEU MATTOS

DEPUTADO GELSON MERISIO

DEPUTADO GILMAR KNAESEL sim

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS

DEPUTADO JAILSON LIMA abstenção

DEPUTADO JEAN KUHLMANN sim

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI

DEPUTADO MANOEL MOTA sim

DEPUTADO MARCOS VIEIRA sim

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK sim

DEPUTADO MAURO DE NADAL sim

DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim

DEPUTADO NEODI SARETTA sim

DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA sim

DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO sim

DEPUTADO RENO CARAMORI sim

DEPUTADO ROMILDO TITON sim

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim

DEPUTADO SERAFIM VENZON sim

DEPUTADO VALMIR COMIN sim

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Votaram 25 srs. deputados.

Temos 24 votos "sim" e uma abstenção.

Está aprovada a matéria em segundo turno.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 18h05 para votação da redação final.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 007ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2012

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 18h05, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dieter Janssen - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Plínio de Castro - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental

e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0010/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0032/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 09H00 DO DIA 8 DE MAIO DE 2012.

Às nove horas do dia oito de maio de dois mil e doze, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Dieter Jansenn substituindo Silvio Dreveck, Darci de Matos substituindo José Nei Alberton Ascari, Sargento Amauri Soares, Dóia Guglielmi, Edison Andrino, Neodi Saretta substituindo Volnei Morastoni, Luciane Carminatti substituindo Dirceu Dresch. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em votação a ata da 9ª reunião ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Na sequência o Presidente passou a palavra ao **Deputado Sargento Amauri Soares** relator do Projeto de Emenda Constitucional, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi rejeitado por maioria. Em seguida o **Deputado Darci de Matos** exarou o voto vista, favorável ao Projeto de Emenda Constitucional nº 0001.0/2012, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe da Secretaria, lavrei a Ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 8 de maio de 2012.

Deputado Romildo Titon

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 1ª REUNIÃO SIMULTÂNEA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO, REALIZADA ÀS 15H00 DO DIA 09 DE MAIO DE 2012.

Às quinze horas do dia nove de maio do ano de dois mil e doze, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça com a Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, com a presença dos Senhores Deputados: Dirceu Dresch, Serafim Venzon, Plínio de Castro substituindo Silvio Dreveck, Edison Andrino, José Nei Alberton Ascari, Neodi Saretta substituindo Volnei Morastoni, Dado Cherem substituindo Adilor Guglielmi, Valmir Comin, Manoel Mota, Jean Kuhlmann, Padre Pedro Baldissera, Marcos Vieira, Mauro de Nadal. O **Deputado Romildo Titon** relatou o Projeto de Lei nº 0032.9/2012, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria. Os **Deputados Dirceu Dresch, Serafim Venzon, Plínio de Castro, Edison Andrino e Neodi Saretta**, exararam parecer favorável. Os **Deputados José Nei A. Ascari e Dado Cherem** manifestaram parecer contrário ao do relator. Então o Senhor Presidente da Comissão de Constituição e Justiça passou a palavra ao Senhor Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, Deputado Valmir Comin, que convalidou o parecer do relator referente ao Projeto de Lei nº 0032.9/2012 e, posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria. Os **Deputados Valmir Comin, Manoel Mota, Padre Pedro Baldissera, Marcos Vieira, Mauro de Nadal**, exararam parecer favorável. O **Deputado Jean Kuhlmann**, manifestou parecer contrário ao do relator. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe da Secretaria da Comissão de Constituição e Justiça, e Clarice Rosa Kuhl, Chefe da Secretaria da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, lavramos a Ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelos Senhores Presidentes e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 09 de maio de 2012.

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Deputado Valmir Comin

Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano

*** X X X ***

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA NA DATA DE 27 DE MARÇO DE 2012, ÀS 16 HORAS, NA SALA DE IMPRENSA.

Às dezesseis horas, do dia vinte e sete do mês de março do ano de dois mil e doze, reuniram-se, sob a Presidência da *Deputada Luciane Carminatti*, os *Deputados: Luiz Eduardo Cherem, Silvio Dreveck e Romildo Titon*, o *Deputado Ismael dos Santos*, e as *Deputadas Angela Albino e Dirce Heiderscheidt*, apresentaram justificativa. A Presidente agradeceu a presença dos Deputados e colocou em votação a Ata da 1ª Reunião Ordinária, do dia 06/03/2012, que foi aprovada por unanimidade. Dando prosseguimento, pediu para o Deputado Dado Cherem, relatar os projetos do *Deputado Ismael dos Santos*, **OF./0624.1/2011** e **OF./0621.9/2011**, que foram aprovados por unanimidade. Em seguida passou as deliberações: Requerimento recebido da Pastoral Carcerária e ASBEDIM, solicitando Audiência Pública, para discutir as propostas da Associação de Prevenção e Assistência ao Condenado-APAC, com sugestão de data para 24 ou 25 de abril, aprovado por unanimidade; e o Requerimento da FETIESC, solicitando Audiência Pública, sobre "O Movimento Catarinense em Defesa da Saúde e Segurança da Classe Trabalhadora-MOVIDA", no Auditório, no dia 25/04/2012, das 10h às 12h, aprovado por unanimidade. A Presidente também informou da *Audiência Pública "A Nova Gestão do Plano de Saúde dos Servidores Públicos de Santa Catarina"*, que acontecerá dia 12/04/2012, no Auditório Deputada Antonieta de Barros.. Nada mais havendo a tratar a Presidente encerrou a reunião, da qual eu,.....Mª de Lourdes Nasário, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Presidente e publicada no Diário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Luciane Carminatti

Presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais

*** X X X ***

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO DA 2ª SESSÃO DA 17ª LEGISLATURA

Às dezessete horas do dia dezessete de abril do ano de dois mil e doze, reuniram-se na sala de reuniões das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado Valmir Comin, amparado no § 1º do art.123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Segunda Reunião Ordinária da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, referente à Segunda Sessão Legislativa da Décima Sétima Legislatura. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados: Valmir Comin, Manoel Mota, Jean Kuhlmann e Pe. Pedro Baldissera. Em seguida passou à discussão e votação dos PLs nº 0081.7/2012, Relator Deputado Jean Kuhlmann; 0550.4/2011, Relatora Deputada Ângela Albino e 0571.9/2012, Relator Deputado Valmir Comin - todos com pareceres pela aprovação - aprovados por unanimidade. O Senhor Presidente leu o requerimento solicitando Audiência Pública para discutir sobre "a situação do aeroporto Serafin Enoss Bertaso e a previsão de investimentos futuros", no município de Chapecó e o Ofício solicitando Audiência Pública para discutir "o andamento da obra de pavimentação da Rodovia que liga Lauro Müller a Treviso. Leu a justificativa de ausência da Deputada Ângela Albino e salientou sobre a importância da presença dos Senhores Deputados na Reunião da Comissão de Finanças do dia seguinte onde seria discutido sobre a atitude equivocada tomada pelo DEINFRA em relação aos BI-TRENS, assunto alvo de audiência pública no Estado, que os técnicos aqui estiveram e que não houve convencimento por parte do Presidente da FETRANCESC, nem por parte desta Comissão. Foi constatado que nenhum embasamento legal foi estabelecido por parte da Secretaria ou DEINFRA para esta determinação e que aconteceram autuações e multas no decorrer deste período. Que os BI-TRENS trafegam nas rodovias estaduais e federais de oito à dez anos; que o próprio IMETRO autorizou a NTT, que são cobrados os impostos devidos e que milhares de empresas e pessoas físicas contraíram financiamento e adquiriram este equipamento e receberam este impacto. Perguntou como ficarão estes compromissos. Num momento em que o Estado eminentemente exportador luta para competir com esse mundo globalizado, tentando minimizar o custo Brasil de um sistema modal

equivocado. Não o suficiente, ainda esta manifestação do DEINFRA. Ressaltou a compreensão e sensibilidade por parte do Secretário Valdir Cobalchini, que também aqui esteve para tentar resolver, levaram ao conhecimento do Senhor Governador, foram feitas Audiências Públicas nas cidades de Orleans e Araranguá e ficou acordado perante esta Comissão e em Audiência que seria apresentado um cronograma dos trechos e levado a apreciação caso a caso, aos técnicos do DEINFRA que posteriormente iriam se manifestar. Até o momento não tomaram nenhuma posição quanto a situação. A recomendação da FETRANDESC e desta Comissão é que os BI-TRENS continuem rodando por todo o Estado. Disse ainda o Senhor Presidente que em conversa com o Secretário o mesmo prometeu que no mais tardar no início da próxima semana a equipe técnica iria tomar uma posição definitiva com relação a esta situação. Chamou a atenção ainda dos presentes para que concomitantemente a esta situação estaria adentrando a esta Casa para apreciação, e que pediu vista em Gabinete - ressaltou a presença dos Senhores Secretários da Fazenda, Serpa e o Secretário de Obras Valdir Cobalchini para prestar esclarecimentos com relação ao financiamento de 611 milhões de reais junto ao BNDS, e que apresentassem um descritivo dos pontos para se efetivar estes investimentos. Ressaltou que uma preocupação era a potencialização dessas rodovias, já que esse tipo de equipamento é permitido a nível de Brasil o que precisa é adequar as rodovias com terceira faixa, com vias de entroncamento, com trevos mais alargados, para possibilitar essa condição de trafegabilidade, com normalidade e segurança. Comunicou ainda aos presentes que posteriormente iriam tratar do aporte de investimento por conta da compensação da queda do ICM no Estado. Que o Senhor Governador esteve juntamente com a Senadora Ideli Salvatti e com o Secretário Serpa com o Ministro Guido Mântega tratando deste aporte de investimento de três bilhões de reais que deverão vir a Santa Catarina para investimentos priorizando a infraestrutura, segurança e saúde. Disse que este tema deverá ser exaustivamente debatido para que se possa fazer o melhor manejo e aplicação deste recurso. Nada mais havendo a tratar, o Senhor presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião da qual, eu, Clarice Rosa Kuhl,... Chefe de Comissão lavei a presente ATA, que após ser lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e posteriormente será publicada no Diário desta Assembleia.

Sala das Comissões, 17 de abril de 2012.

Deputado Valmir Comin
Presidente da Comissão

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 062/2012

REFERENTE: Contrato CL nº 016/2012, celebrado em 02/05/2012.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: **S.T Gastronomia Ltda.**
OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de alimentos (*bolachas doces e salgadas*).
VALOR GLOBAL: R\$ 12.000,00
PRAZO: 02/05/2012 até 31/12/2012
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/02; Pregão Presencial nº 010/2012-LIC; Autorização para Processo Licitatório nº 112/2011, parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.
Florianópolis, 14 de maio de 2012.
Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC
Sandra Regina O. Tavares- Proprietária.

*** X X X ***

EXTRATO Nº 063/2012

REFERENTE: Contrato CL nº 015/2012, celebrado em 02/05/2012.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: **Ilha dos Sabores Gastronomia e Eventos Ltda.**
OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de alimentos (*coffe break e coquetel*) em eventos no âmbito da ALESC.
VALOR ESTIMADO ANUAL: R\$ 444.492,50
PRAZO: 02/05/2012 até 31/12/2012
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/02; Pregão Presencial nº 010/2012-LIC; Autorização para Processo Licitatório nº 112/2011, parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.
Florianópolis, 14 de maio de 2012.
Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC
Claudinei Rodrigues Ernst- Diretor

*** X X X ***

EXTRATO Nº 064/2012

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 006/2012 oriunda do Pregão Presencial CL nº 013/2012.
OBJETO: Aquisição de produtos de jardinagem, espécies vegetais, insumos, arranjos de flores (buquês) para atender as necessidades da ALESC.
VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (16 de março de 2012).
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e demais normas contidas da referida Lei com suas alterações posteriores, da Lei nº 10.520/2002, do Ato da Mesa nº 214/2007 e, subsidiariamente, pelo Decreto Federal nº 3.931 alterado pelo Decreto 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial nº 013/2012.

ITEM	QDT	UND	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	250	UN	ORQUÍDIA PHALENOPSIS 2 HASTES PERFILHADA PT 15	COLIBRI	R\$ 65,00	R\$16.250,00
2	100	UN	ARRANJO DE PLENÁRIA: 0,30 CM DE ALTURA POR 1 METRO DE LARGURA;	ALPINIA	R\$180,00	R\$18.000,00
3	100	UN	ARRANJO DE COLUNA: 1,20 METROS DE ALTURA POR 40 CM DE LARGURA EM FORMA DE PIRÂMIDE;	ALPINIA	R\$225,00	R\$ 22.500,00
4	100	UN	ARRANJO DE BASE DE PALCO: 1 METRO DE LARGURA POR 50CM DE ALTURA;	ALPINIA	R\$ 185,00	R\$18.500,00
5	50	UN	ARRANJO DE PÚLPITO: 1 METRO DE ALTURA POR 0,60 LARGURA;	ALPINIA	R\$ 155,00	R\$ 7.750,00
6	150	UN	ORQUÍDEA PHALENOPSIS EM EMBALAGEM ESPECIAL TECIDO TELA DOURADO	COLIBRI	R\$135,00	R\$20.250,00
7	20	SACO	FERTILIZANTE FORTH JARDIM, SACAS DE 10 KG;	TECNUTRI	R\$ 105,00	R\$2.100,00
8	60	SACO	CONDICIONADOR DE SOLO GARDEN PLUS 50 LITROS;	FLORESTA L SA	R\$20,50	R\$1.230,00
9	100	UN	ANTHURIUM PT 15;	Terra Viva	R\$ 22,80	R\$2.280,00
10	30	UN	COROA FÚNEBRE DE FLORES NATURAIS;.	Alpinia	R\$ 210,00	R\$6.300,00
11	20	UN	PALMEIRA ARECA DE LOCUBA PT 40, 1,80 METROS DE ALTURA;	Pitt Plantas	R\$95,00	R\$1.900,00
12	100	UN	BROMÉLIAS NAS CORES AMARELA E VERMELHA PT 13;	Ecoflora	R\$22,50	R\$2.250,00
13	30	UN	VASO DE CIMENTO BRANCO MODELO 109;	Art. Cimento	R\$115,00	R\$3.450,00
14	20	SACO	CASCA DE PINUS EM SACAS;	Bovee Plantas	R\$22,00	R\$440,00
15	120	UN	KALANCHOE PT 15;	symphony	R\$9,50	R\$1140,00
16	30	UN	SUPORTE EM FIBRA DE COCO, TIPO CUIA DE ½ 5 LITROS;	ecoxaxim	R\$39,00	R\$1.170,00
17	100	UN	ZAMIOCULCAS PT17;	Terra Viva	R\$ 25,40	R\$2540,00
18	50	UN	PLANTAS PENDENTES CA26;	Poliagri	R\$32,00	R\$ 1.600,00
19	100	UN	TERRA ADUBADA EM SACAS DE 25 LITROS.	Bovee Plantsd	R\$19,50	R\$1.950,00
Valor Total					R\$ 131.600,00	

1ª REGISTRADA: Alpinia Planejamento e Execução e Manutenção de Jardins Ltda.

Endereço: Rodovia BR 101, Km 185, Tijuquinhas, Biguacu/SC
CEP 88190-000

Fone/fax (48) 3285-0303/3234-0000

e-mail: alpinia@verdecia.com.br

CNPJ/MF nº 03.877.835/0001-22

Florianópolis, 14 de maio de 2012

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 065/2012

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 012/2012 oriunda do Pregão Presencial CL nº 011/2012.

OBJETO: Aquisição de material de expediente e suprimentos de informática, por demanda.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (05 de abril de 2012).

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e demais normas contidas da referida Lei com suas alterações posteriores, da Lei nº 10.520/2002, do Ato da Mesa nº 214/2007 e, subsidiariamente, pelo Decreto Federal nº 3.931 alterado pelo Decreto 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial nº 011/2012.

Item	Descrição	Marca	Unidade	Qtde	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
LOTE 05						
1	Pen Drive - 8.0 GB, USB 2.0 Flash Drive. Taxa de leitura de até 6MB/s e taxa de gravação de até 3MB/s. conector USB protegido.	Kingston	Unidade	200	23,00	4.600,00
2	Pen Drive - 16GB, USB 2.0 Flash Drive. Taxa de leitura de até 6MB/s e taxa de gravação de até 3MB/s. conector USB protegido.	Kingston	Unidade	100	45,00	4.500,00
3	Pen Drive - 32GB, USB 2.0 Flash Drive. Taxa de leitura de até 6MB/s e taxa de gravação de até 3MB/s. conector USB protegido.	Kingston	Unidade	100	96,00	9.600,00
4	Pen Drive - 64GB, USB 2.0 Flash Drive. Taxa de leitura de até 6MB/s e taxa de gravação de até 3MB/s. conector Usb protegido.	Kingston	Unidade	100	122,00	12.200,00
TOTAL DO LOTE 05						30.900,00

1ª REGISTRADA: Dialsupri Distribuidora Ltda.

Endereço: Rua Irmgard Carl, nº 225, sala 02, Escola Agrícola, Blumenau/SC
CEP 89037-555

Fone/fax (47) 3237-5550

e-mail: dialsupri@hotmail.com

CNPJ/MF nº 14.534.916/0001-36

2ª REGISTRADA: Aquinpel Suprimentos para Inf. Escritório e Rep. Com. Ltda.

Item	Descrição	Marca	Unidade	Qtde	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
LOTE 06						
1	Bateria 9 v alcalina, embalagem de papelão com plástico de proteção.	ELGIN	Unidade	500	3,88	1.940,00
2	Pilha pequena alcalina lr6/1,5 v - AA, formato cilíndrico, embalagem de papelão com plástico de proteção com duas unidades.	ELGIN	Pacote	3000	1,64	4.920,00
3	Pilha palito alcalina lr03/1.5v - aaa, formato cilíndrico, embalagem de papelão com plástico de proteção com duas unidades.	ELGIN	Pacote	500	1,64	820,00
4	Pilhas médias alcalinas + c, formato cilíndrico, embalagem de papelão com plástico de proteção com duas unidades.	ELGIN	Pacote	200	5,22	1.044,00
TOTAL DO LOTE 06						8.724,00

1ª REGISTRADA: Dialsupri Distribuidora Ltda.

Endereço: Rua Irmgard Carl, nº 225, sala 02, Escola Agrícola, Blumenau/SC
CEP 89037-555

Fone/fax (47) 3237-5550

e-mail: dialsupri@hotmail.com

CNPJ/MF nº 14.534.916/0001-36

2ª REGISTRADA: Aquinpel Suprimentos para Inf. e Escritório e Rep.Com. Ltda.

Florianópolis, 14 de maio de 2012

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 066/2012

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 012/2012 oriunda do Pregão Presencial CL nº 011/2012.

OBJETO: Aquisição de material de expediente e suprimentos de informática, por demanda.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (05 de abril de 2012).

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e demais normas contidas da referida Lei com suas alterações posteriores, da Lei nº 10.520/2002, do Ato da Mesa nº 214/2007 e, subsidiariamente, pelo Decreto Federal nº 3.931 alterado pelo Decreto 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial nº 011/2012.

ITEM	QTDE	UNID	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	MARCA	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
LOTE 17						
1	30	unidade	Cartucho de toner 3960-A preto (original) para multifuncional HP 2840-Q	HP	R\$ 175,00	R\$ 5.250,00
2	22	unidade	Cartucho de toner 3961-A ciano (original) para multifuncional HP 2840-Q	HP	R\$ 195,00	R\$ 4.290,00
3	22	unidade	Cartucho de toner 3962-A amarelo (original) para multifuncional Hp 2840-Q	HP	R\$ 195,00	R\$ 4.290,00
4	22	unidade	Cartucho de toner 3963-A magenta (original) para multifuncional Hp 2840-Q	HP	R\$ 195,00	R\$ 4.290,00
5	20	unidade	Cartucho de toner q2612-A (original ou compatível) para impressora HP Laser Jet M1005	HP	R\$ 117,00	R\$ 2.340,00
VALOR TOTAL						R\$ 20.460,00

1ª REGISTRADA: Comercial Cronus Ltda.

Endereço: Rua João Alencar Guimarães, nº 825, Santa Quitéria, Curitiba/PR
CEP 80310-420

Fone/fax (41) 3245-1041

Fone/fax (41) 3245-1041

e-mail: sac@comercialcronus.com.br

CNPJ/MF nº 11.975.632/0001-97

2ª REGISTRADA: Dial Supri Distribuidora Ltda.

Item	Qtde	Unid	Descrição	Marca	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
LOTE 24						
1	30	GALAO	Álcool 73,4 gel para higienização (galão 5 l)	ONIXX	R\$ 19,50	R\$ 585,00
VALOR TOTAL						R\$ 585,00

1ª REGISTRADA: Comercial Cronus

Endereço: Rua João Alencar Guimarães, nº 825, Santa Quitéria, Curitiba/PR
CEP 80310-420

Fone/fax (41) 3245-1041

e-mail: sac@comercialcronus.com.br

CNPJ/MF nº 11.975.632/0001-97

2ª REGISTRADA: Satellite Comercial Ltda.

Florianópolis, 15 de maio de 2012

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 067/2012

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 016/2012 oriunda do Pregão Presencial CL nº 016/2012.
 OBJETO: Aquisição e instalação completa em diversas repartições da ALESC, incluindo acabamentos, de 50 (cinquenta) aparelhos de ar condicionado tipo SPLIT.
 VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (27 de abril de 2012).

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e demais normas contidas da referida Lei com suas alterações posteriores, da Lei nº 10.520/2002, do Ato da Mesa nº 214/2007 e, subsidiariamente, pelo Decreto Federal nº 3.931 alterado pelo Decreto 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial nº 016/2012.

Item	Qtd	Descrição	Marca	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	25	Aparelho de ar condicionado tipo Split System WL, capacidade mínima de 9.000 BTU/h, ciclo frio, tensão 220v, monofásico, comando em controle remoto sem fio.	Admiral	1.500,00	37.500,00
02	25	Aparelhos de ar-condicionado tipo Split Sustem Wall, capacidade mínima de 18.000 BTU/h, ciclo frio, tensão 220 v, monofásico, comando em controle remoto sem fio.	Springer	1.900,00	47.500,00
03	25	Mão de obra para instalação de ar condicionado tipo Split System Wall, capacidade mínima de 9.000 BTU/h, ciclo frio, tensão 220 v, monofásico, comando em controle remoto sem fio.		800,00	20.000,00
04	25	Mão de obra para a instalação de ar condicionado tipo Split System Wall, capacidade mínima de 18.000 BTU/h, ciclo frio, tensão 200 v, monofásico, comando em controle remoto sem fio.		900,00	22.500,00
Valor Total				R\$ 127.500,00	

1ª REGISTRADA: Superar Ltda.

Endereço: Rua Joaquim Nabuco, nº 40, Velha, Blumenau/SC
 CEP 89041-070
 Fone/fax (47) 3041-2832
 e-mail: superar.vendas@bol.com.br
 CNPJ/MF nº 13.482.516/0001-61

2ª REGISTRADA: DSM Distribuidora de Móveis e Suprimentos Ltda

Florianópolis, 15 de maio de 2012
 Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC
 *** X X X ***

EXTRATO Nº 068/2012

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 010/2012 oriunda do Pregão Presencial CL nº 011/2012.
 OBJETO: Aquisição de material de expediente e suprimentos de informática
 VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (05 de abril de 2012).
 FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e demais normas contidas da referida Lei com suas alterações posteriores, da Lei nº 10.520/2002, do Ato da Mesa nº 214/2007 e, subsidiariamente, pelo Decreto Federal nº 3.931 alterado pelo Decreto 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial nº 011/2012.

LOTE 02						
Item	Qtde	Und.	Especificação	Marca	Preço Uni. (R\$)	Preço Total (R\$)
1	50	Unidade	Acendedor de fogão a gás	Lume	6,44	322,00
2	50	Unidade	Escova para limpeza de garrafa térmica com diâmetro de 70 mm, cabo com aproximadamente 30 cm, cerdas de nylon na dureza certa para garantir limpeza de qualidade.	Diva	5,19	259,50
3	300	Unidade	Filtro de papel para café tamanho n. 103, caixa com 40 unidades.	Pilão	2,20	660,00
4	500	Unidade	Adoçante dietético líquido, de sacarina, não contendo glúten, frasco com 100 ml.	Magro	1,90	950,00
5	3.000	Unidade	Chás diversos, caixa de 30 g, contendo 10 saquinhos embalados individualmente, com marca, procedência e validade impressas.	Prenda	1,43	4.290,00
VALOR TOTAL DO LOTE 02						6.481,50

1ª REGISTRADA: Alexandra dos Passos Epp.

Endereço: Avenida Salvador di Bernadi, nº 220, Campinas, São José/SC
 CEP 88101-260
 Fone/fax (48) 3034-7111
 e-mail: licitacao3@mepas.com.br
 CNPJ/MF nº 12.260.623/0001-82

2ª REGISTRADA: Papelaria Espaço Escolar Ltda.

Florianópolis, 15 de maio de 2012
 Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC
 *** X X X ***

MENSAGEM GOVERNAMENTAL**GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 581**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a Vossas Excelências que decidi vetar parcialmente, por ser inconstitucional, o autógrafo do Projeto de Lei nº 031/2011, que "Dispõe sobre procedimentos para utilização de equipamentos destinados à emissão de raio laser em uso humano no Estado de Santa Catarina, e adota outras providências".

Ouvida, a Procuradoria-Geral do Estado manifestou-se pelo veto ao seguintes dispositivos:

§ 1º do art. 2º e art. 3º:

"Art. 2º.

§ 1º O responsável técnico responderá civil, administrativa e criminalmente pelo uso do laser no estabelecimento pelo qual responde.

Art. 3º A utilização do laser para fins estéticos em menor de 18 (dezoito) anos de idade fica condicionada a autorização expressa dos pais ou responsável legal."

Razões do veto:

"São inconstitucionais as disposições do § 1º do art. 2º e do art. 3º do Autógrafo do Projeto de Lei nº 031/2011, por consignarem matéria regulada pelos Códigos Civil e Penal, o que se representa uma invasão do Estado nas competências da União para dispor com exclusividade sobre o tema, nos termos do art. 22, inciso I, da Constituição Federal."

Art. 4º:

"Art. 4º A inobservância ao disposto nesta Lei sujeitará os estabelecimentos infratores às seguintes sanções:

I - multa de R\$ 2.000, 00 (dois mil reais) por infração, dobrada a cada reincidência até a terceira, a qual será reajustada, anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM/FGV, ou por índice que vier a substituí-lo; e

II - cassação do alvará de funcionamento.

Parágrafo único. O produto da arrecadação das multas previstas nesta Lei será destinado ao Fundo Estadual de Saúde ou órgão que venha substituí-lo."

Razões do veto:

"Sugiro o veto também ao art. 4º, por usurpação da iniciativa ao Poder Executivo na elaboração de normas que, de alguma forma, remodelam as atribuições de órgão pertencente à estrutura administrativa do Estado (ADI 3254)."

Essas, Senhores Deputados, são as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do Projeto em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros da Assembleia Legislativa.

Florianópolis, 08 de maio de 2012

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
 Governador do Estado

Lido no Expediente
 Sessão de 10/05/12

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

Parecer nº **PAR 0108/12**

Processo nº PGE 1946/2012

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil

Assunto: Exame de autógrafo de projeto de lei

Ementa: Autógrafo de Projeto de Lei. Medidas relativas à defesa da saúde. Competência concorrente do Estado para legislar sobre a matéria. Art. 24, inc. XII, da CF. Veto parcial - art. 2º, § 1º, e art. 3º, do autógrafo. Invasão da competência legislativa privativa da União para legislar sobre direito civil e direito penal. Art. 22, inc. I, da CF.

Senhor Procurador-Geral,

Atendendo à solicitação contida no Ofício nº 1264/SCC-DIAL-GEMAT, de 19.04.2012, os presentes autos foram remetidos a esta Procuradoria para análise do Projeto de Lei nº 031/2011, que "**Dispõe sobre procedimentos para utilização de equipamentos destinados a emissão de raio laser em uso humano no Estado de Santa Catarina, e adota outras providências**".

A fim de concluir o processo legislativo, o autógrafo do Projeto de Lei ora em exame foi submetido ao Senhor Governador do Estado para as providências estabelecidas no art. 54 seu § 1º, da Constituição do Estado, "*verbis*".

"Art. 54 - Concluída a votação e aprovado o projeto de lei, a Assembleia Legislativa o encaminhar ao Governador do Estado para sanção.

§ 1º - Se o Governador do Estado considerar o projeto, no todo ou em parte, **inconstitucional** ou **contrário ao interesse público**, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará dentro de quarenta e oito horas ao Presidente da Assembleia os motivos do veto".

O Autógrafo do Projeto de Lei nº 031/2011 visa, basicamente, estabelecer a obrigatoriedade para que o equipamento de raio laser só possa ser operado por profissional da saúde legalmente habilitado, bem como exige que o nome do responsável técnico seja consignado no material de divulgação do uso do laser e também afixado em local de fácil visualização.

A medida prevista no Autógrafo do Projeto de Lei nº 031/2011 reproduz as mesmas exigências feitas pela Lei Estadual nº 14.122/2010, que dispõe sobre as condições de funcionamento dos gabinetes de tatuagem, conforme consta do seu art. 4º:

"Art. 4º Os estabelecimentos de que trata esta Lei deverão ter:

I - identificação clara e precisa do estabelecimento, de forma que a sua finalidade seja facilmente compreendida pelo público;

II - o seu horário de funcionamento afixado em local apropriado e visível ao público, bem como o nome do responsável pela execução dos procedimentos;

A propósito, trata-se de projeto de origem parlamentar, que dispõe sobre a observância de normas básicas de saúde pública e proteção do consumidor, cuja competência para legislar é também do Estado Membro, razão pela qual não vislumbramos, *a priori*, inconstitucionalidade no projeto de lei em foco, nos termos do artigo 24, incisos V e XII, da Constituição Federal, que assim dispõe:

"Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

V - produção e consumo;

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

A Constituição Federal, em diversos dispositivos, estabelece os princípios informadores e as regras de competência no tocante à portagem da saúde pública, englobando, inclusive a atuação de vigilância sanitária na fiscalização de estabelecimento que executam atividades relacionadas com a saúde pública.

Nesse sentido, a norma constitucional federal estabelece no seu art. 23, inciso II, a competência comum dos entes públicos em geral, *verbis*:

"Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Na verdade, o autógrafo prescreve relacionadas com as atividades de vigilância sanitária, que legalmente definida como "**um conjunto de ações-yes capaz de diminuir ou prevenir riscos a saúde e**

de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e círculo de bens e prestado de serviços de interesse da saúde" (art. 6º, § 1º, da Lei Federal nº 8.080/90).

Tal conceito decorre de outro mais amplo, que impõe ao Poder Público a obrigação de regular, fiscalizar e controlar toda e qualquer ação em serviço de saúde.

Assim, o Poder Público deve orientar sua atuação no sentido de reduzir o risco de danos à saúde, bem como garantir a todos o cumprimento de regras de proteção da saúde (arts. 196 e 197, da C.F.).

A Constituição do Estado, a sua vez, define no seu art. 182, inciso VI, a seguinte competência:

"Art. 182 - Incumbe ao Estado, na forma da lei:

VI - controlar a produção, a comercialização o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem riscos para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente".

Por isso, os entes da Federação possuem competência para legislar sobre saúde pública, a fim de promover a defesa do consumidor (art. 5º, inciso XXXII, da C.F.), assim como, assegurar a efetividade e plenitude da saúde pública, inclusive no tocante aos serviços de vigilância sanitária.

O STF já se manifestou sobre a constitucionalidade de norma com as mesmas características do autógrafo ora em exame, oportunidade em que decidiu nos termos da seguinte ementa:

"LEI DISTRITAL. NOTIFICAÇÃO MENSAL A SECRETARIA DE SAÚDE. CASOS DE CÂNCER DE PELE. OBRIGAÇÃO IMPOSTA A MÉDICOS PÚBLICOS E PARTICULARES. ADMISSIBILIDADE. SAÚDE PÚBLICA. MATÉRIA INSERIDA NO ÂMBITO DE COMPETÊNCIA COMUM E CONCORRENTE DO DISTRITO FEDERAL. ARTS. 23, I, e 24, XII, DA CF. RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE. MATÉRIA DE COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DA UNIÃO. ART. 22, I. PROCEDÊNCIA PARCIAL DA AÇÃO. I - Dispositivo de lei distrital que obriga os médicos públicos e particulares do Distrito Federal a notificarem a Secretaria de Saúde sobre os casos de câncer de pele não é inconstitucional. II - Matéria inserida no âmbito da competência da União, Estados e Distrito Federal, nos termos do art. 23, I, da Constituição Federal. III - Exigência que encontra abrigo também no art. 24, XII, da Carta Magna, que atribui competência concorrente aos referidos entes federativos para legislar sobre a defesa da saúde. IV - Dispositivo da lei distrital que imputa responsabilidade civil ao médico por falta de notificação caracteriza ofensa ao art. 22, I, da CF, que consigna ser competência exclusiva da União legislar acerca dessa matéria. V - Ação direta parcialmente procedente". (ADI 2875/DF).

Ademais, a matéria versada no autógrafo não cria novas atividades para os órgãos do Poder Executivo, posto que as ações de vigilância sanitária já abrangem a fiscalização e controle da prestação dos serviços de saúde.

Daí a conclusão de que a ação normativa prevista no Autógrafo do Projeto de Lei nº 031/2011, que se resume na exigência de que o aparelho de raio laser seja operado por profissional habilitado, cujo nome deverá ser afixado em local de fácil visualização, inclusive nos materiais de divulgação, não contém vício de inconstitucionalidade de ordem formal, porque a matéria ali tratada esta relacionada entre aquelas inseridas na competência concorrente para legislar de que trata o art. 24, inciso XII, da Constituição Federal.

Por outro lado, cabe-nos apresentar seguinte ressalva quanto aos aspectos constitucionais do Autógrafo do Projeto de Lei nº 031/2011. Referimo-nos as disposições do seu art. 2º, 1º, que se revela inconstitucional, pois a responsabilidade civil e penal relativa ao exercício de qualquer atividade profissional está definida da respectiva legislação federal (Código Civil e Código Penal), não cabendo ao Estado restringir ou ampliar o âmbito de incidência de tal norma, nem mesmo suplementarmente, por se tratar de competência exclusiva da União para legislar sobre essa matéria, conforme dispõe o art. 22, inciso I, da Constituição Federal.

Aliás, em se tratando de lei estadual que atribui responsabilidade civil a profissional da saúde, o STF assim decidiu na ADI 2875/DF:

".....
IV - Dispositivo da lei distrital que imputa responsabilidade civil ao médico por falta de notificação caracteriza ofensa ao art. 22, I, da CF, que consigna ser competência exclusiva da União legislar acerca dessa matéria. V - Ação direta parcialmente procedente".

Incide no mesmo vício de inconstitucionalidade as disposições do art. 30, do Autógrafo do Projeto de Lei nº 031/2011, levando-se em conta que a incapacidade de menores para os atos da vida civil está regulada pelo Código Civil Brasileiro, não podendo a lei estadual regulamentar essa matéria afeta à União (art. 22, I, CF).

Assim sendo, conclui-se que são inconstitucionais as disposições do § 10, do art. 2º, e do art. 3º, do Autógrafo do Projeto de Lei nº 031/2011, por consignarem matéria regulada pelos Códigos Civil e Penal, o que representa uma invasão do Estado nas competências da União para dispor com exclusividade sobre o tema, nos termos do art. 22, inciso I, da Constituição Federal.

Diante da demonstração de que as disposições do autógrafo do Projeto de Lei nº 031/2011 não observaram as regras contidas no art. 22, inciso I, da Constituição Federal, a nossa recomendação aponta para a aposição de veto ao disposto no § 1º, do art. 2º, e no art. 3º, do Autógrafo do Projeto de Lei nº 031/2011.

Em resumo, o Autógrafo de Projeto de Lei nº 031/2011 é constitucional, porquanto dispõe sobre medidas relativas a defesa da saúde, tratando-se de competência concorrente do Estado para legislar sobre a matéria - art. 24, inc. XII, da CF. Recomenda-se, no entanto, veto ao art. 2º, § e art. 3º, do autógrafo, por invasão da competência legislativa privativa da União para legislar sobre direito civil e direito penal - art. 22, inc. I, da CF.

Este é o parecer que submetemos consideração de Vossa Excelência.

PGE, em 25 de abril de 2012

Silvio Varela Junior
Procurador Administrativo

ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA

PROCESSO: PGE 1946/2012

ORIGEM: Secretaria de Estado da Casa Civil

ASSUNTO: Exame de Autógrafo de Projeto de Lei

EMENTA: Autógrafo de Projeto de Lei. Medidas relativas à defesa da saúde. Competência concorrente do Estado para legislar sobre a matéria. Art. 24, inc. XII, da CF. Veto parcial - art. 2º, § 1º, e art. 3º, do autógrafo. Invasão da competência legislativa privativa da União para legislar sobre direito civil e direito penal. Art. 22, inc. I, da CF.

Senhor Procurador Geral do Estado,

De acordo com o Parecer do Procurador Administrativo Silvio Varela Junior às fls. 51 a 56.

À vossa consideração.

Florianópolis, 26 de abril de 2012.

Loreno Weissheimer
Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica

PGE 1946/2012

Assunto: Autógrafo Projeto de Lei n. 031/2011 - Dispõe sobre procedimentos para utilização de equipamentos destinados emissão de raio laser em uso humano no Estado de Santa Catarina, e adota outras providências. Parecer veto parcial. **Origem:** Secretaria de Estado da Casa Civil.

DESPACHO

01. Acolho o **Parecer n. 108/12** (fls. 51/56), da lavra do Procurador Administrativo Dr. Silvio Varela Junior, referendado à fl. 57 pelo Dr. Loreno Weissheimer, Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica, recomendando veto ao artigo 2º, §1º, e artigo 3º do Projeto.

Complementando o referido parecer, sugiro o veto também ao artigo 4º, por usurpação a iniciativa do Poder Executivo na elaboração de normas que de alguma forma remodelem as atribuições de órgão pertencente a estrutura administrativa do Estado (ADI 3254).

02. Encaminhe-se a Secretaria de Estado da Casa Civil.

03. Após, archive-se.

Florianópolis, 30 de abril de 2012.

JOÃO DOS PASSOS MARTINS NETO

Procurador-Geral do Estado

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 031/2011

Dispõe sobre procedimentos para utilização de equipamentos destinados à emissão de raio laser em uso humano no Estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Ficam estabelecidos procedimentos e normas para a utilização de equipamentos e produtos destinados à emissão de raio laser em seres humanos no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O uso da tecnologia laser em todas as suas modalidades e tipificações fica restrito aos estabelecimentos que tenham como responsável técnico, profissional registrado em órgão de classe regulamentado por lei.

§ 1º O responsável técnico responderá civil, administrativa e criminalmente pelo uso do laser no estabelecimento pelo qual responde.

§ 2º O estabelecimento deverá:

I - vincular à todo material de divulgação do uso do laser o nome do responsável técnico e seu registro em órgão de classe regulamentado por lei; e

II - fixar em local de fácil visualização do público o nome do responsável técnico e seu registro em órgão de classe.

Art. 3º A utilização do laser para fins estéticos em menor de 18 (dezoito) anos de idade fica condicionada a autorização expressa dos pais ou responsável legal.

Art. 4º A inobservância ao disposto nesta Lei sujeitará os estabelecimentos infratores às seguintes sanções:

I - multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por infração, dobrada a cada reincidência até a terceira, a qual será reajustada, anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM/FGV, ou por índice que vier a substituí-lo; e

II - cassação do alvará de funcionamento.

Parágrafo único. O produto da arrecadação das multas previstas nesta Lei será destinado ao Fundo Estadual de Saúde ou órgão que venha a substituí-lo.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, disciplinando a fiscalização e a aplicação da multa prevista no artigo anterior.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 17 de abril de 2012

Deputado Gelson Merisio - Presidente
Deputado Jailson Lima - 1º Secretário
Deputado Reno Caramori - 2º Secretário

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 875, de 15 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 760, de 25 de abril de 2012, que constituiu Comissão de Sindicância.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 876, de 15 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art.154, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONSTITUIR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, formada pelos servidores abaixo relacionados, todos do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, para, no prazo de 30 (trinta) dias, sob a presidência do primeiro, apurar os fatos descritos no Ofício nº 087/12 de 19 de abril de 2012.

MATR	NOME DO SERVIDOR	CARGO	FUNÇÃO
1475	Marcelo de Paula Ribeiro	Consultor Legislativo I	Presidente
0873	João Pacheco dos Reis	Técnico Legislativo	Membros
1609	Nádia Makhoul Neves	Analista Legislativo	

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 877, de 15 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1030/2012,

RESOLVE:

ALTERAR nos assentamentos funcionais, o nome da servidora ISABELA VIEIRA SCHUHMACHER, matrícula 2538, fazendo constar como sendo **ISABELA VIEIRA**, conforme consta da Carteira de Identidade, RG 625.408, SSP/SC.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 878, de 15 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **ALEXANDRA LÚCIA SILVEIRA**, matrícula nº 6569, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 11 de maio de 2012 (Gab Dep Edison Andrino).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 879, de 15 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ALEXANDRA LÚCIA SILVEIRA, matrícula nº 6569, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 11 de maio de 2012 (Gab Dep Edison Andrino).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 880, de 15 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **INES WOLLINGER DA CONCEICAO**, matrícula nº 4027, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-62, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 11 de maio de 2012 (Gab Dep Edison Andrino).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 881, de 15 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR INES WOLLINGER DA CONCEICAO, matrícula nº 4027, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-73, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 11 de maio de 2012 (Gab Dep Edison Andrino).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 882, de 15 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **EVITA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 6387, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 11 de maio de 2012 (Gab Dep Ciro Marcial Roza).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 883, de 15 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR EVITA DE OLIVEIRA, matrícula nº 6387, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-74, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 01 de maio de 2012 (Gab Dep Ciro Marcial Roza).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 884, de 15 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 783, de 26 de abril de 2012, que nomeou a servidora **EVITA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 6387, no cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75 e a Portaria nº 882, de 15 de maio de 2012, que exonerou a mesma, no cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 885, de 15 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **RAFAEL BULCÃO VIANNA**, matrícula nº 6163, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-13, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 14 de maio de 2012 (Gab Dep Ciro Marcial Roza).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 886, de 15 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LUCAS GILHERME SCHEWINSKI, matrícula nº, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-33, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ciro Marcial Roza - Rio do Sul).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 887, de 15 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **ISAMAR VENDRAMIN**, matrícula nº 6868, do cargo de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 15 de maio de 2012 (DL - Colegiado de Bancadas).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 888, de 15 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR GUARANY ABRAO PACHECO DOS SANTOS, matrícula nº, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-69, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (DL - Colegiado de Bancadas).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 889, de 15 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na sequência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
ZENIR FIGUEIREDO	MARIA 6080	3%	3%	07/05/12	1015/12
DANIELA DREVEK	6075	3%	3%	05/05/12	1021/12

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***